

1 Contexto operacional

A Lojas Renner S.A. (a "Controladora") tem como atividade principal o comércio no varejo de artigos de vestuários, de artigos de esportes, de acessórios e perfumaria no mercado nacional. Complementam as atividades da Controladora e de suas controladas (em conjunto a "Companhia" ou "Consolidado"), o comércio varejista de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa e banho, móveis e artigos para decoração, a importação de mercadorias, participação societária em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital, como sócia quotista ou acionista, bem como a administração de bens próprios e a realização de empreendimentos diversos, isoladamente ou em conjunto com outras sociedades, a intermediação de serviços financeiros, tais como intermediação de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros, cartão bandeira, entre outros.

A Controladora é uma sociedade anônima com matriz em Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, listada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa": LREN3).

2 Empresas controladas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas controladas:

Controladas diretas e indiretas	País sede	Moeda	Participação direta e indireta	
			31/12/2015	31/12/2014
Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. ("RACC")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom")	Brasil	BRL	100,0%	100,0%
(*) Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. ("LRS")	China	RMB	100,0%	-
Entidade de Propósito Específico (EPE)				
(**) Fundo em Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC Lojas Renner")	Brasil	BRL	33,76%	33,56%

(*) Em fevereiro de 2015, a Lojas Renner S.A. integralizou capital na Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. ("LRS"), mês de início das operações

(**) Refere-se ao percentual de participação da quota subordinada (vide nota explicativa nº 9).

Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. – ("RACC")

A RACC oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, mediante contrato de convênio para concessão de empréstimos junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção desse tipo de empréstimo. A RACC também opera com o cartão bandeira denominado Meu Cartão.

Dromegon Participações Ltda. ("Dromegon")

A Dromegon detém a propriedade de alguns dos imóveis utilizados nas operações comerciais da Companhia e suas receitas se limitam ao aluguel destes imóveis.

Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado")

A Camicado tem como atividade o varejo de utilidades domésticas, artigos de cama, mesa, banho e decoração.

Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. ("Youcom")

A Youcom tem como objeto o comércio varejista especializado em artigos de vestuário e calçados, perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, relógios e artigos de esportes.

Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. ("LRS")

A LRS tem como objeto desempenhar as funções de compras, controle de qualidade e desenvolvimento de amostras, e ser também um veículo de aproximação com parceiros comerciais e de apoio para a prospecção de novos fornecedores.

3 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

A preparação das demonstrações financeiras, tanto em IFRS quanto em BRGAAP, requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas (maiores detalhes vide nota explicativa nº 5.2).

Exceto em relação aos ativos adquiridos via combinação de negócios (nota explicativa nº 13 e 14) e por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (notas explicativas nº 5.6).

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 04 de fevereiro de 2016.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis são igualmente aplicáveis para as demonstrações financeiras consolidadas e individuais. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente para todos os exercícios apresentados.

5.1 Políticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas

Controladas e princípios de consolidação

Controladas são todas as entidades controladas direta e indiretamente pela Companhia. Considera-se existir controle quando a Lojas Renner detém, direta e indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou poder de determinar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, a fim de obter benefícios de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

As operações entre as controladas da Companhia, incluindo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, quando aplicáveis, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as práticas contábeis adotadas pela Controladora.

Conforme estabelecido pela instrução CVM nº 408/04, a Companhia consolida as demonstrações financeiras do FIDC Lojas Renner, uma vez que este representa uma entidade de propósito específico onde as atividades são conduzidas substancialmente em função das necessidades operacionais da Companhia, a qual está exposta à maioria dos riscos e benefícios relacionados ao fundo, através da titularidade de todas as quotas subordinadas.

No processo de consolidação do FIDC Lojas Renner foram feitas eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e o Fundo.

5.2 Estimativas e premissas contábeis críticas

A Administração avalia como políticas contábeis críticas aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e que, também, requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tem impacto sobre questões que são inerentemente incertas. Esses julgamentos tornam-se mais subjetivos e complexos à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal da operação, a demonstração de sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamento quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil de seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes.

Além do atendimento às normas e regras contábeis vigentes, a Administração entende que a adoção das políticas contábeis críticas e que envolvem estimativas são essenciais para a produção da melhor informação possível sobre os resultados e condição patrimonial no encerramento de cada exercício, ainda que sobre estas, temporariamente, não se possa ter precisão, dado o caráter de subjetividade e complexidade envolvidos.

As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Baseiam-se nas informações de seus assessores jurídicos para constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, atualizadas até as datas dos balanços. No entanto, em decorrência do trâmite dos processos, a classificação da probabilidade de perda pode não ser definitiva até a conclusão dos processos.

Provisão para perdas em crédito

Com base nas incertezas do contexto macroeconômico (inflação, taxas de juros, cenários de retração nas linhas de crédito, nível de emprego, massa salarial, etc) e nos níveis históricos de inadimplência, consideramos a provisão para perdas em crédito como uma estimativa contábil crítica, que requer julgamento na constituição da provisão.

Provisão para perdas em estoque

Consideramos a provisão para perdas em estoque como uma estimativa contábil crítica, pois é baseada nos níveis históricos de perdas da companhia, que será concretizada somente quando da realização dos inventários, os quais refletirão o modelo de operação da Companhia e servirão como base para as atualizações das provisões.

Taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente

Entendemos que a determinação da taxa de desconto aplicada nos ajustes a valor presente é crítica pois envolve a análise da estrutura de capital e as incertezas do contexto macroeconômico, que influenciam nas variáveis utilizadas para determinação da taxa.

Determinação dos valores justos da opção de compra de ações e dos instrumentos financeiros

Com base nas incertezas do contexto macroeconômico (inflação, taxas de juros, volatilidade da ação da Companhia, flutuação da cotação do dólar, etc), consideramos a determinação dos valores justos da opção de compra de ações e dos instrumentos financeiros uma estimativa contábil crítica, que requer julgamento.

Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos está relacionada com as projeções de fluxos de caixa descontados, às quais são baseadas nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos. Além disso, a estimativa da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos envolve as incertezas das demais provisões, desta forma, a Companhia entende que esta política contábil é uma estimativa crítica que requer julgamento.

Determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível

A vida útil do ativo imobilizado e do intangível é revisada anualmente, com base em avaliações técnicas de engenheiros especialistas da área. Desta forma, a Companhia entende que esta política contábil é uma estimativa crítica que requer julgamento.

Avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada

Para determinação do valor recuperável, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas: receitas, custos e despesas projetadas de 2016 a 2025, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, taxas de inflação, cronograma de abertura de lojas, entre outras. Com base nessas incertezas, consideramos a avaliação de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil indeterminada uma estimativa contábil crítica que requer julgamento.

5.3 Apresentação dos segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das principais decisões estratégicas da Companhia.

5.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ - reais) utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras da controlada cuja moeda funcional não seja o real ("R\$") para moeda de apresentação real ("R\$") são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

5.5 Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre as controladas.

Venda de mercadorias - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas são realizadas à vista, em dinheiro ou cartão de crédito, ou por financiamentos concedidos (nota explicativa nº 35).

Vendas de produtos e serviços financeiros

A Companhia realiza operações de crediário próprio e oferta de empréstimos pessoais e financiamento de vendas via convênios com instituições financeiras. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos (nota explicativa nº 35).

5.6 Instrumentos Financeiros não derivativos

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis, e os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração subsequente de ativos e passivos financeiros não derivativos é feita de acordo com sua classificação.

A administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial, de acordo com sua natureza e finalidade.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro não derivativo quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retida, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.6.1 Ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras de curto prazo e liquidez imediata (cujo resgate pode ser realizado em um período inferior a 90 dias da data da aplicação, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estão sujeitos a risco de mudança relevante de valor) e o saldo de rendimentos de aplicações no Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner (quota subordinada Controladora), registradas em montantes similares aos valores de mercado. No Consolidado, também está incluído o saldo das aplicações financeiras do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC Lojas Renner, o qual tem uso restrito para aquisições de recebíveis originados nas operações da Controladora.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os equivalentes de caixa são classificados na categoria "empréstimos e recebíveis", sendo mensurados, após o reconhecimento inicial, ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços. Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

Quaisquer perdas ou ganhos são reconhecidos no resultado.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de mercadorias, pelas utilizações do cartão bandeira na rede conveniada (Meu Cartão), bem como pelos valores de empréstimos pessoais concedidos aos seus clientes por instituições financeiras.

A provisão para perdas em créditos é constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos. Em relação aos empréstimos pessoais e cartão bandeira, as provisões para perdas em créditos são constituídas com base na classificação de risco das operações, similar aos critérios de classificação das operações de crédito definidos pelo Banco Central do Brasil.

As operações de vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa do custo médio ponderado de capital da Companhia e uma taxa de risco de crédito e, reflete na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 8) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

A Controladora realiza operações de securitização do contas a receber por intermédio do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Lojas Renner ("FIDC Lojas Renner"), conforme nota explicativa nº 9.

As contas a receber de clientes são classificadas na categoria "empréstimos e recebíveis", inicialmente reconhecidas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 8).

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento financeiro e alocar a sua receita ou despesa de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros projetados durante a vida estimada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

5.6.2 Passivos financeiros não derivativos

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos das contas de empréstimos e financiamentos, operações de serviços financeiros, arrendamento mercantil financeiro e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. Os saldos dessas contas são classificados na categoria "passivos financeiros ao custo amortizado".

Contas a pagar de fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota explicativa nº 20). Os fornecedores são classificados na categoria "passivos financeiros ao custo amortizado".

5.7 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos ao seu valor justo na data em que são contratados e são posteriormente remensurados a valor justo no encerramento do exercício. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: *hedge* de fluxo de caixa (nota explicativa 28.5).

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos utilizados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação dos fluxos de caixa dos itens protegidos.

O passivo a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 28.5. As movimentações nos valores de *hedge* de fluxo de caixa estão apresentadas nas "Demonstrações dos resultados abrangentes".

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa para proteger-se contra o risco de variação cambial decorrente dos pedidos de importações ainda não pagos (nota explicativa 28.5.1).

A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa, e não liquidada, é reconhecida no patrimônio líquido como "Ajustes de avaliação patrimonial". Esta parcela é realizada quando da eliminação do risco para o qual o derivativo foi contratado. Quando da liquidação dos instrumentos financeiros, os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo.

Swap

Nas operações de *swap*, os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro.

5.8 Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo pré-fixadas foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia, mais risco de crédito, no caso de clientes. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das vendas a prazo foi de 1,84% a.m. (1,85% a.m. em 2014) e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 0,99% a.m. (1,0% a.m. em 2014).

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e estoques e sua reversão tem como contrapartida a conta de custo das vendas, pela fruição de prazo no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores nele registrados. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes (nota explicativa nº 8) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fruição do prazo.

5.9 Estoques

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos por ventura não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. O custo dos estoques de mercadorias importados também consideram quaisquer ganhos ou perdas de *hedge* de fluxo de caixa liquidados que são transferidos do patrimônio líquido.

Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos de provisão para ajustá-los aos valores realizáveis líquidos, quando aplicável. As provisões consistem em uma estimativa de perdas considerando o histórico dos últimos inventários.

5.10 Imobilizado e intangível

São registrados ao custo de aquisição, formação ou instalação de lojas, deduzido de depreciação ou amortização acumulada. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas nas notas explicativas nº 13 e 14. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado e o intangível para verificação de possíveis perdas conforme descrito na nota explicativa nº 5.11. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado e intangível.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

5.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor no qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam geração de fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC), de acordo com as visões de análise utilizadas pela administração. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

5.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e cujos valores possam ser estimados com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

5.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é mensurada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes do reconhecimento inicial do ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na data da aquisição.

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos é apresentado líquido nas demonstrações financeiras.

5.14 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e colaboradores com seus objetivos, a Companhia possui um plano de outorga de opção de compra de ações e um programa de participação de resultados, conforme a seguir descrito:

Participação nos lucros e resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa cujas premissas principais para o reconhecimento do pagamento estão relacionadas ao atingimento do resultado operacional, de metas de vendas, cartões ativados, entre outras.

Plano de Opção de Compra de Ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo *Black&Scholes*. A despesa é registrada em uma base "*pro rata temporis*", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção (nota explicativa nº 32)

5.15 Distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto da Companhia e a legislação societária preveem que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 11.4).

5.16 Arrendamento mercantil financeiro a pagar

Os contratos de arrendamento mercantil de bens destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas são classificados como *leasing* financeiro sempre que os termos do contrato transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no balanço, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O contratos são contabilizados como um ativo imobilizado ou intangível e um passivo de financiamento, sendo os ativos submetidos à depreciação ou amortização durante a vida útil econômica do ativo (notas explicativas nº 13, 14 e 19) ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

As parcelas pagas do arrendamento mercantil financeiro são alocadas, parte no passivo e a parte referente aos encargos financeiros no resultado. As obrigações correspondentes são classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato.

5.17 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme os *IFRS*.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis que servem de base de preparação para as demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

6 Normas, interpretações e revisões de normas não vigentes

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. - *IFRS 9*, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009, o *IFRS 9* introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O *IFRS 9* traz maior flexibilidade em relação às exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração usa para fins de gestão do risco. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os impactos da aplicação desta norma.

- *IFRS 15*, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

- IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	82.272	83.862	93.494	92.261
CDB (a)	82.304	139.803	140.337	140.511
Operações compromissadas lastreadas em debêntures (b)	273.670	448.781	287.726	497.546
Títulos do Tesouro Nacional (c)	-	-	96.253	98.818
Aplicações FIDC curto prazo (d)	36.254	33.526	-	-
Fundo - Brasil Plural Crédito Privado Retail FIRF (e)	100.160	-	100.160	-
Fundo de investimento - BACEN Jude (f)	15	92	15	92
CDB (g)	18.849	3.339	19.542	5.112
Total	593.524	709.403	737.527	834.340

- a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,08% na Controladora e 101,39% no Consolidado (100,35% em 31 de dezembro de 2014 na Controladora e Consolidado).
- b) Operações compromissadas cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi de 102,23% na Controladora e 101,95% no Consolidado (101,03% na Controladora e 100,94% no Consolidado em 31 de dezembro de 2014).
- c) As aplicações financeiras do FIDC Lojas Renner estão aplicadas nos títulos do Tesouro Nacional (LTN e LTF). O rendimento médio atrelado ao CDI foi equivalente a 100,03% (99,58% em 31 de dezembro de 2014).
- d) Saldo das aplicações da Controladora no FIDC Lojas Renner.
- e) As aplicações financeiras do Fundo Brasil Plural Crédito Privado Retail FIRF são aplicadas em renda fixa. O rendimento médio atrelado ao CDI foi de 101,80% na Controladora e no Consolidado.
- f) Fundo de investimento criado para as retenções judiciais feitas pelo BACEN, quando necessárias, apresentou rendimento anual médio de 66,58% do CDI na Controladora e no Consolidado (59,91% na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2014).
- g) Aplicações automáticas (Produto Aplic AUT Itaú), cujo rendimento médio é de 10% da variação do CDI (10% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2014).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 27.1.1.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8 Contas a receber de clientes

Cartão de crédito Renner	31/12/2015	31/12/2014
A vencer		
A vencer de 1 a 30 dias	251.988	235.414
A vencer de 31 a 60 dias	271.249	256.898
A vencer de 61 a 90 dias	213.673	204.403
A vencer de 91 a 120 dias	157.049	151.756
A vencer de 121 a 150 dias	125.522	120.425
A vencer de 151 a 180 dias	62.835	61.051
A vencer acima de 180 dias	62.886	64.012
Vencidos		
Vencidos de 1 a 30 dias	54.706	54.135
Vencidos de 31 a 60 dias	23.852	21.249
Vencidos de 61 a 90 dias	20.601	17.206
Vencidos de 91 a 180 dias	63.072	51.818
	1.307.433	1.238.367
Menos:		
Ajuste a valor presente	(36.917)	(33.055)
Provisão para perdas em crédito – Varejo	(74.969)	(58.878)
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	(549.497)	(543.705)
Rendas a apropriar – títulos cedidos – FIDC Lojas Renner	(60.271)	(57.835)
Posições com saldo credor	(132)	(371)
Total cartão de crédito Renner	585.647	544.523
Administradoras de cartões de terceiros		
A vencer de 1 a 30 dias	207.781	194.541
A vencer de 31 a 60 dias	100.818	84.601
A vencer acima de 60 dias	50.985	49.469
Ajuste a valor presente cartões de terceiros	(15.459)	(18.975)
Total administradoras de cartões de terceiros	344.125	309.636
Empréstimo pessoal		
Comissões e operações a receber	46.994	38.885
Menos:		
Provisão para perdas em crédito – Empréstimo Pessoal	(36.122)	(27.189)
Total empréstimo pessoal	10.872	11.696
Valores a receber cartão bandeira	48.588	42.303
Outras contas a receber	758	231
Total Controladora	989.990	908.389
Administradoras de cartões de terceiros - Controladas		
A vencer de 1 a 30 dias	28.265	20.244
A vencer de 31 a 60 dias	15.060	9.377
A vencer acima de 60 dias	17.540	12.766
Total administradoras de cartões de terceiros - Controladas	60.865	42.387
Empréstimo pessoal – RACC		
Comissões e operações a receber	132.389	130.000
Total empréstimo pessoal – RACC	132.389	130.000
Cartão bandeira – RACC		
A vencer	374.417	281.017
Vencidos	80.808	56.988
Provisão para perdas em crédito – Cartão bandeira	(20.151)	(11.926)
Total cartão bandeira – RACC	435.074	326.079
Outras contas a receber		
Contas a receber – FIDC Lojas Renner	549.497	543.705
Valores a repassar cartão bandeira coligadas	(48.588)	(42.303)
Outras	609	261
Total outras contas a receber	501.518	501.663
Total Consolidado	2.119.836	1.908.518

As contas a receber vencidas há mais de 180 dias são baixadas do saldo do contas a receber de clientes em contrapartida da provisão para perdas em crédito, conforme demonstrado na tabela abaixo:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para perdas está demonstra abaixo:

	Controladora			Consolidado	
	Cartão Renner	Empréstimo Pessoal	Total	Cartão Bandeira	Total
Saldos em 1/1/2014	(55.832)	(22.889)	(78.721)	(6.170)	(84.891)
(+/-) (Provisão) reversão	(181.171)	(39.095)	(220.266)	(63.306)	(283.572)
Baixas	178.125	34.795	212.920	57.550	270.470
Saldos em 31/12/2014	(58.878)	(27.189)	(86.067)	(11.926)	(97.993)
(+/-) (Provisão) reversão	(223.771)	(52.694)	(276.465)	(104.030)	(380.495)
Baixas	207.680	43.761	251.441	95.805	347.246
Saldos em 31/12/2015	(74.969)	(36.122)	(111.091)	(20.151)	(131.242)

No Consolidado, a Companhia possui provisões para riscos de crédito para todos os clientes com créditos vencidos, de acordo com o histórico de perdas em cada faixa de atraso, no montante total de R\$ 131.242, que correspondem a aproximadamente 44,27% do montante total de créditos vencidos. A Companhia, com base no histórico de recuperação das carteiras, nos processos de crédito e cobrança e análise dos indicadores de inadimplência, entende que os restantes 55,73% para os quais não há provisão constituída, serão recebidos no curso normal das operações.

A exposição da Companhia ao risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 27.1.2.

9 Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios

Em maio de 2014, foram iniciadas as operações do FIDC Lojas Renner, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01 e nº 531/13, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios originados do parcelamento de compras dos clientes da Companhia, por intermédio de crediário sem encargos, de titularidade da Companhia, ou de concessão de financiamentos com encargos, de titularidade do Banco Itaú S.A.. O FIDC Lojas Renner tem vida operacional definida, e o encerramento ocorrerá em 12 de maio de 2019.

A estrutura de patrimônio do FIDC Lojas Renner, em 31 de dezembro de 2015, é subdividida em: 16,8 mil quotas "sênior" de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 428.182, representativas de 66,24% do patrimônio do FIDC Lojas Renner; e 7.3 mil quotas subordinadas de titularidade da Controladora, no montante de R\$ 218.254 (dos quais R\$ 36.254 são apresentados como caixa e equivalente de caixa e R\$ 182.000 apresentados como FIDC Lojas Renner do ativo não circulante).

O regulamento do FIDC Lojas Renner define que as quotas subordinadas devem representar no mínimo 30% do patrimônio líquido. Caso, esse percentual fique abaixo de 30%, as quotas subordinadas deverão ser integralizadas pela Lojas Renner S.A. imediatamente para que fique dentro da relação mínima. Em 31 de dezembro de 2015 as quotas subordinadas representam 33,56% do patrimônio líquido do FIDC Lojas Renner. As quotas subordinadas não possuem meta de remuneração.

A Controladora atua como agente de cobrança em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, mantendo o gerenciamento contínuo da carteira após sua transferência para o FIDC Lojas Renner.

As operações de securitização de direitos creditórios realizadas pela Controladora para o FIDC Lojas Renner (representados por vendas parceladas e financiamento de clientes inadimplentes) totalizam R\$ 549.497 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 543.705 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo dos custos incorridos pela Controladora para a emissão do FIDC Lojas Renner totaliza R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2015, e será reconhecido no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme a taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso. Nas demonstrações financeiras individuais, esse custo encontra-se apresentado no balanço patrimonial como despesas antecipadas e no Consolidado apresentado como redutor dos financiamentos – operações de serviços financeiros.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2015, o balanço patrimonial do FIDC Lojas Renner está assim composto:

Ativo	31/12/2015	31/12/2014
Equivalentes de caixa	96.253	98.818
Contas a receber	549.497	543.705
Outras contas a receber	929	-
Total do Ativo	646.679	642.523
Passivo		
Contas a pagar	243	243
Patrimônio Líquido	646.436	642.280
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	646.679	642.523

A meta de remuneração das quotas seniores é calculada com base na taxa CDI acrescida de *spread* de 1,08% a.a, conforme disposto no regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo a resgatar é de R\$ 428.182 (R\$ 426.754 em 31/12/2014).

O FIDC Lojas Renner foi consolidado nessas demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 5.1.

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercadorias para revenda	502.134	468.608	584.694	540.398
Ajuste a valor presente	(11.807)	(11.840)	(11.807)	(11.840)
Provisão para perdas	(47.588)	(31.263)	(51.410)	(32.219)
Mercadorias para revenda, líquida	442.739	425.505	521.477	496.339
Importações em andamento	87.742	108.658	92.789	112.514
Adiantamento a fornecedores	1.981	70	1.981	70
Materiais auxiliares e almoxarifado	4.241	2.392	6.287	3.377
Total	536.703	536.625	622.534	612.300

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1/1/2014	(14.379)	(15.240)
(+/-) (Provisão) reversão para perdas	(54.012)	(57.158)
(-) Perda efetiva	37.128	40.179
Saldo em 31/12/2014	(31.263)	(32.219)
(+/-) (Provisão) reversão para perdas	(63.349)	(67.853)
(-) Perda efetiva	47.024	48.662
Saldo em 31/12/2015	(47.588)	(51.410)

A provisão para perdas nos estoques refere-se principalmente à estimativa de perdas incorridas nos inventários físicos.

11 Imposto de renda e contribuição social e impostos a recuperar

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos no ativo não circulante são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.1 Base de cálculo dos impostos diferidos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo fiscal diferido								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	111.091	111.091	86.067	86.067	131.242	131.242	97.993	97.993
Ajuste a valor presente	61.710	61.710	61.322	61.322	61.710	61.710	61.322	61.322
Provisão para riscos tributários	27.233	27.233	24.674	24.674	31.243	31.243	27.465	27.465
Provisão para riscos civis e trabalhistas	29.417	29.417	23.681	23.681	29.866	29.866	23.998	23.998
Provisão para perdas de estoque	47.588	47.588	31.263	31.263	51.410	51.410	32.219	32.219
Provisão para participação de empregados	38.712	38.712	35.077	35.077	42.998	42.998	35.801	35.801
Ágio na aquisição de participação societária	-	-	-	-	3.235	3.235	23.221	23.221
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	-	-	-	-	67.600	67.859	47.529	47.677
Outras Provisões	2.641	2.000	3.228	2.636	1.737	1.096	130	130
Total	318.392	317.751	265.312	264.720	421.041	420.659	349.678	349.826
Passivo fiscal diferido								
Ajustes avaliação patrimonial - hedge	(96.583)	(96.583)	(29.085)	(29.085)	(96.919)	(96.919)	(29.240)	(29.240)
Mais valia de ativos	-	-	-	-	(30.959)	(30.959)	(32.232)	(32.232)
Leasing financeiro	(5.124)	(5.124)	(6.862)	(6.862)	(5.124)	(5.124)	(6.862)	(6.862)
Total	(101.707)	(101.707)	(35.947)	(35.947)	(133.002)	(133.002)	(68.334)	(68.334)
Total - Ativo fiscal diferido, líquido	216.685	216.044	229.365	228.773	288.039	287.657	281.344	281.492

- (i) Créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social das controladas Maxmix Comercial Ltda ("Camicado") e Fashion Business Comércio de Roupas Ltda ("Youcom"). Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade são submetidos anualmente a aprovação do Conselho de Administração da Companhia.

11.2 Movimentação dos impostos diferidos

Abaixo demonstramos a movimentação dos impostos diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1/1/2014	64.303	84.925
(+/-) Reconhecido no resultado	21.040	30.134
(+/-) Reconhecido em outros resultados abrangentes	(7.412)	(7.460)
(-) Baixa de impostos diferidos ativo	-	(11.929)
Saldo em 31/12/2014	77.931	95.670
(+/-) Reconhecido no resultado	18.633	25.240
(+/-) Reconhecido em outros resultados abrangentes	(22.949)	(23.011)
Saldo em 31/12/2015	73.615	97.899

11.3 Realização do imposto de renda e contribuição social ativos diferidos

Baseada no histórico de realizações dos ativos que deram origem ao saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos créditos fiscais:

Período	Controladora	Consolidado
2016	95.787	107.256
2017	6.853	9.354
2018	1.852	5.931
2019	1.852	9.501
2020 em diante	1.852	11.078
Total	108.196	143.120

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.4 Análise da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	806.413	703.061	828.667	708.175
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(274.180)	(239.041)	(281.747)	(240.780)
(Adições) exclusões permanentes				
Despesa com plano de opções	(8.987)	(8.484)	(8.987)	(8.484)
Resultado de participações societárias	15.921	4.887	-	-
Participação dos administradores	(2.486)	(2.914)	(2.486)	(2.914)
Juros sobre capital próprio	38.407	24.501	38.407	24.501
Incentivos fiscais (PAT)	4.479	4.264	4.479	4.264
Parcelamento - Lei nº 13.043/2014	-	(20.315)	-	(20.315)
Redução Juros - Lei nº 11.941 Artº 4 - Parágrafo Único	-	2.803	-	2.803
Incentivo de Inovação - Lei 11.196/2005	1.904	3.286	1.904	3.286
Diferenças de IR e CSLL de controladas	-	-	1.503	1.568
Outras adições	(2.657)	(652)	(2.950)	(732)
Imposto calculado sobre a parcela isenta do adicional de 10%	24	24	48	48
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(227.575)	(231.641)	(249.829)	(236.755)
Corrente	(246.208)	(252.681)	(275.069)	(266.889)
Diferido	18.633	21.040	25.240	30.134
Alíquota efetiva	28,22%	32,95%	30,15%	33,43%

11.5 Composição dos impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	11.811	9.858	14.273	10.501
PIS/COFINS	4.081	4.962	4.706	5.179
ICMS	40.069	24.715	60.790	40.748
ICMS - imobilizado	63.079	49.584	65.966	51.598
Outros impostos a recuperar	849	296	1.501	596
Provisão para perdas	(498)	(511)	(498)	(511)
Total	119.391	88.904	146.738	108.111
Ativo circulante	71.989	50.431	87.630	68.127
Ativo não circulante	47.402	38.473	59.108	39.984
Total	119.391	88.904	146.738	108.111

12 Investimentos

O saldo de investimentos é composto por R\$ 449.461 (R\$ 344.161 em 31 de dezembro de 2014) em empresas controladas e R\$ 63 em outros investimentos (R\$ 63 em 31 de dezembro de 2014). Abaixo demonstramos a movimentação dos investimentos nas empresas controladas:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1 Movimentação dos investimentos em empresas controladas

	Renner Adm. Cartões de Crédito Ltda. (RACC)	Dromegon Participações Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (Youcom)	Maxmix Comercial (Camicado)	Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. (LRS)	Ágio s/ mais valia de ativos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	29.600	10.421	20.755	241.565	-	1.441	303.782
Resultado de equív alência	22.431	6.137	(10.560)	(3.634)	-	-	14.374
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	93	-	-	93
Aumento de capital	-	-	22.005	10.000	-	-	32.005
Dividendos	-	(6.043)	-	-	-	-	(6.043)
Realização do ágio s/ mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	52.031	10.515	32.200	248.024	-	1.391	344.161
Resultado de equív alência	49.205	5.884	(9.255)	1.787	(795)	-	46.826
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	70	49	260	-	379
Integralização/Aumento de capital	-	-	22.510	40.000	1.514	-	64.024
Dividendos	-	(5.878)	-	-	-	-	(5.878)
Realização do ágio s/ mais valia de ativos	-	-	-	-	-	(51)	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	101.236	10.521	45.525	289.860	979	1.340	449.461

12.2 Resumo das informações financeiras das controladas

O quadro abaixo apresenta um resumo das principais informações financeiras das controladas:

	Em 31/12/2015					Em 31/12/2014			
	Renner Adm. Cartões de Crédito Ltda.	Dromegon Participações	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	Maxmix Comercial Ltda.	Lojas Renner Shanghai Trading Inc Co.	Renner Adm. Cartões de Crédito Ltda.	Dromegon Participações	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda.	Maxmix Comercial Ltda.
Circulante	708.618	1	19.096	167.987	3.348	551.220	1	12.488	157.959
Não Circulante	9.679	10.798	42.952	245.646	58	4.113	10.821	30.246	222.548
Total do Ativo	718.297	10.799	62.048	413.633	3.406	555.333	10.822	42.734	380.507
Circulante	614.741	278	16.523	122.489	1.075	499.866	306	10.533	126.332
Não Circulante	2.307	-	-	1.284	1.352	3.431	-	-	6.149
Total do Passivo	617.048	278	16.523	123.773	2.427	503.297	306	10.533	132.481
Patrimônio Líquido	101.249	10.521	45.525	289.860	979	52.036	10.516	32.201	248.026
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	718.297	10.799	62.048	413.633	3.406	555.333	10.822	42.734	380.507
Receita Líquida	228.852	6.856	41.722	294.751	4.613	154.914	7.168	19.821	233.411
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	49.210	5.885	(9.256)	1.787	(795)	22.433	6.138	(10.560)	(3.634)
Participação no capital total	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	100,00%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Ações Ordinárias / Quant.de quotas (em R\$ mil)	7	9.562	68.760	318.545	1.514	7	9.562	46.250	278.545

13 Imobilizado

13.1 Composição

							Controladora
							31/12/2014
Taxa média anual de depreciação	31/12/2015			31/12/2014			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	
Terrenos	-	287	-	287	-	287	
Imóv eis	2%	31.000	(2.118)	28.882	(1.498)	29.502	
Móv eis, Equip, Instal e Benfeitorias	10%	1.921.845	(759.965)	1.161.880	(631.289)	1.005.518	
Veículos	20%	1.872	(755)	1.117	(567)	1.319	
Computadores e Periféricos	20%	151.536	(97.739)	53.797	(81.611)	46.444	
Imobilizado em andamento	-	198.373	-	198.373	-	143.086	
Total		2.304.913	(860.577)	1.444.336	(714.965)	1.226.156	
							Consolidado
							31/12/2014
Taxa média anual de depreciação	31/12/2015			31/12/2014			
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	
Terrenos	-	287	-	287	-	287	
Prédios	3%	12.588	(5.830)	6.758	(5.607)	6.981	
Imóv eis	2%	31.000	(2.118)	28.882	(1.498)	29.502	
Móv eis, Equip, Instal e Benfeitorias	10%	2.034.665	(786.323)	1.248.342	(649.747)	1.067.911	
Veículos	20%	1.874	(755)	1.119	(567)	1.321	
Computadores e Periféricos	20%	155.874	(100.150)	55.724	(83.596)	47.870	
Imobilizado em andamento		204.592	-	204.592	-	150.193	
		2.440.880	(895.176)	1.545.704	(741.015)	1.304.065	

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.2 Conciliação do valor contábil líquido

Controladora													
Valor contábil	Saldo em	Adições					Saldo em	Adições					Saldo em
	01/01/14	Adições	Arrend. Financeiro	Transf.	Baixas	Depreciação	31/12/14	Adições	Transf.	Baixas	Depreciação	31/12/15	
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287	
Imóveis	30.122	-	-	-	-	(620)	29.502	-	-	-	(620)	28.882	
Móveis, Equip., Instal e Benfeitorias	868.519	82.246	-	185.874	(891)	(130.230)	1.005.518	96.806	232.139	(11.860)	(160.723)	1.161.880	
Veículos	630	1.014	-	-	(81)	(244)	1.319	288	-	(129)	(361)	1.117	
Computadores e Periféricos	43.233	12.700	507	5.687	(427)	(15.256)	46.444	16.152	10.211	(271)	(18.739)	53.797	
Imobilizado em andamento	69.884	264.907	-	(191.561)	(144)	-	143.086	297.872	(242.350)	(235)	-	198.373	
Total	1.012.675	360.867	507	-	(1.543)	(146.350)	1.226.156	411.118	-	(12.495)	(180.443)	1.444.336	

Consolidado													
Valor contábil	Saldo em	Adições					Saldo em	Adições					Saldo em
	01/01/14	Adições	Arrend. Financeiro	Transf.	Baixas	Depreciação	31/12/14	Adições	Transf.	Baixas	Depreciação	31/12/15	
Terrenos	287	-	-	-	-	-	287	-	-	-	-	287	
Prédios	7.238	-	-	-	-	(257)	6.981	-	-	-	(223)	6.758	
Imóveis	30.122	-	-	-	-	(620)	29.502	-	-	-	(620)	28.882	
Móveis, Equip., Instal e Benfeitorias	904.638	84.259	-	217.251	(1.917)	(136.320)	1.067.911	101.829	259.689	(12.026)	(169.061)	1.248.342	
Veículos	630	1.015	-	-	(80)	(244)	1.321	288	-	(129)	(361)	1.119	
Computadores e Periféricos	44.653	12.872	507	5.926	(427)	(15.661)	47.870	16.464	10.915	(281)	(19.244)	55.724	
Imobilizado em andamento	75.780	297.843	-	(223.177)	(253)	-	150.193	325.238	(270.604)	(235)	-	204.592	
Total	1.063.348	395.989	507	-	(2.677)	(153.102)	1.304.065	443.819	-	(12.671)	(189.509)	1.545.704	

A Companhia avaliou os indicadores e não identificou indícios para necessidade de *impairment*, bem como não possui ocorrência de reavaliação ou existência de ociosidade nos ativos imobilizados no exercício e não possui ativos retirados de uso e não classificados como mantidos para venda.

Ao longo do exercício de 2015, a Companhia efetuou a troca do seu parque de cabides por modelos mais aderentes ao padrão de exposição dos produtos, razão pela qual promoveu a baixa do parque antigo, ao custo de R\$ 10.012 mil.

14 Intangível

14.1 Composição

Controladora							
Taxa média anual de amortização	31/12/2015			31/12/2014			
	Valor			Valor			
	Custo	Amortização acumulada	contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	
Sistemas de Informática	20%	496.135	(265.763)	230.372	381.936	(199.753)	182.183
Direito de utilização de imóveis	10%	56.428	(38.143)	18.285	52.023	(35.352)	16.671
Marcas e Patentes	-	4.079	(83)	3.996	2.517	(83)	2.434
Total		556.642	(303.989)	252.653	436.476	(235.188)	201.288

Consolidado							
Taxa média anual de amortização	31/12/2015			31/12/2014			
	Valor			Valor			
	Custo	Amortização acumulada	contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	
Sistemas de Informática	20%	522.118	(279.598)	242.520	402.921	(209.170)	193.751
Direito de utilização de imóveis	10%	69.205	(40.664)	28.541	62.581	(36.572)	26.009
Marcas e Patentes	-	32.405	(83)	32.322	30.795	(83)	30.712
Outros intangíveis	20%	3.500	(3.267)	233	3.500	(2.567)	933
Ágio Camicado	-	116.679	-	116.679	116.679	-	116.679
Total		743.907	(323.612)	420.295	616.476	(248.392)	368.084

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.2 Conciliação do valor contábil líquido

Controladora										
Valor contábil	Adições									
	Saldo em 01/01/14	Adições	Arrend. Financeiro	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/14	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/15
Sistemas de Informática	143.960	66.602	23.967	(32)	(52.314)	182.183	114.261	(11)	(66.061)	230.372
Direito de utilização de imóveis	14.287	4.700	-	-	(2.316)	16.671	4.405	-	(2.791)	18.285
Marcas e Patentes	145	2.289	-	-	-	2.434	1.562	-	-	3.996
Total	158.392	73.591	23.967	(32)	(54.630)	201.288	120.228	(11)	(68.852)	252.653

Consolidado										
Valor contábil	Adições									
	Saldo em 01/01/14	Adições	Arrend. Financeiro	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/14	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/15
Sistemas de Informática	152.873	72.688	23.967	(32)	(55.745)	193.751	119.259	(11)	(70.479)	242.520
Direito de utilização de imóveis	22.803	6.449	-	-	(3.243)	26.009	6.624	-	(4.092)	28.541
Marcas e Patentes	28.273	2.439	-	-	-	30.712	1.610	-	-	32.322
Intangível Outros	1.575	-	-	-	(642)	933	-	-	(700)	233
Ágio Camicado	116.679	-	-	-	-	116.679	-	-	-	116.679
Total	322.203	81.576	23.967	(32)	(59.630)	368.084	127.493	(11)	(75.271)	420.295

15 Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio e intangíveis com vida útil indefinida

O valor contábil do ágio e da marca alocados na Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") é de R\$ 144.741 (R\$ 144.741 em 31 de dezembro de 2014).

A Administração da Companhia realizou o teste de recuperabilidade (*impairment*) nesses ativos na data base de 31 de dezembro de 2015, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 5.11.

Para determinação do valor recuperável da Camicado, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos considerando as seguintes premissas:

- (i) Receitas: projetada de 2016 a 2025 considerando crescimento histórico das vendas, e também, um incremento nas vendas através do plano de abertura de novas lojas.
- (ii) Custos e despesas: projetados no mesmo período das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas através da Controladora.
- (iii) Taxa de desconto: elaborada levando em consideração informações do setor de varejo, o qual a Camicado atua. A taxa de desconto utilizada foi de 13,5% a.a (12,6% a.a em 31 de dezembro de 2014).
- (iv) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento considerada foi de 5% a.a (5% a.a em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia efetuou testes de revisão, com data base em 31 de dezembro de 2015, e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de provisão de perdas por "*impairment*", dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

Análise de sensibilidade

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Considerando um acréscimo e uma redução de 1,1 pontos percentuais na taxa de desconto, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam negativamente e positivamente, em R\$ 63.341 e R\$ 83.305. Acréscimos na taxa de desconto em patamares superiores a 1,1 pontos percentuais, poderiam resultar em uma estimativa de valor contábil superior ao valor recuperável. E considerando um acréscimo e uma redução de 0,5% na taxa de crescimento na perpetuidade, o fluxo de caixa descontado resultaria em valores recuperáveis, que oscilariam positivamente e negativamente em R\$ 18.347 e R\$ 16.308.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1 Abertura dos saldos contábeis por modalidade

Financiamentos estruturais	Moeda	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (a)	BRL	24.787	5.777	24.787	5.777
Prodesign - BNDES (b)	BRL	63.787	40.123	63.787	40.123
Debêntures - (nota explicativa nº 16.2)	BRL	943.795	1.068.376	943.795	1.068.376
(+/-) swap das debêntures - 4ª e 5ª emissão 2ª séries	BRL	1.501	(473)	1.501	(473)
Capital de giro - conta garantida (c)	BRL	-	-	3.052	-
Capital de giro - Loan 4131 (d)	USD	-	-	20.457	26.301
(+/-) swap - Loan 4131	USD	-	-	(264)	(3.005)
Outros	BRL	-	-	-	1.619
Total		1.033.870	1.113.803	1.057.115	1.138.718
Passivo circulante		294.101	181.853	317.346	206.768
Passivo não circulante		739.769	931.950	739.769	931.950
Total		1.033.870	1.113.803	1.057.115	1.138.718

- a) A Companhia firmou contratos de financiamentos com o Banco do Nordeste através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) em 6 de novembro de 2014 e 01 de setembro de 2015, ambos para financiar a expansão de seu parque de lojas naquela região, nos montantes, respectivamente de R\$ 18.284 e R\$ 21.251 garantido por carta fiança. Até 31 de dezembro de 2015, foram liberadas as três primeiras parcelas no valor total de R\$ 12.459 do contrato firmado em 2014 e R\$ 12.316 do contrato firmado em 2015, cujos montante já foram efetuados pagamentos de juros. Durante o período de carência serão pagos juros trimestralmente e, durante o período de amortização, serão pagos mensalmente os valores de principal e juros. O contrato firmado em 2014 possui encargo médio ponderado de 8,2% a.a. e o contrato firmado em 2015 possui encargo médio de 11,18% a.a. sendo que em caso de adimplência no pagamento dos encargos, a Companhia receberá bônus de 15% sobre o valor dos encargos em cada parcela. Os financiamentos possuem prazo de amortização, respectivamente, de 7 anos e 6 anos.
- b) A Companhia firmou operação de financiamento da linha Prodesign do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 27 de outubro de 2014, por intermédio de instituição financeira credenciada, para financiamento do desenvolvimento da coleção 2014/2015, no montante de R\$ 65.426 a serem liberados em parcelas, mediante comprovação das despesas para posterior reembolso. Em 2014, houve liberação de R\$ 40.000 e em 2015 houve a liberação de R\$ 22.364, totalizando R\$ 62.364 referente à gastos parciais já realizados. O financiamento possui prazo total de 3 anos e carência de 1 ano. Durante o período de carência serão pagos juros trimestralmente e, durante o período de amortização, serão pagos mensalmente os valores de principal e juros.
- c) A empresa controlada Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado") captou empréstimo de capital de giro na modalidade de conta garantida junto ao Banco Santander (Brasil).
- d) A Companhia possui um contrato de financiamento com o Banco Bradesco S.A. firmado em 21 de dezembro de 2015, no montante de US\$ 5.138, com data de liquidação fixada para junho de 2016. O financiamento destina-se para capital de giro e aos investimentos do plano de expansão da Camicado. O contrato também possui swap, tendo como ponta ativa a variação cambial e juros de 3,91% a.a e como ponta passiva 109% do CDI, o qual foi contratado para eliminar o risco da variação cambial (nota explicativa nº 28.5.2).

16.2 Debêntures

Tipo de Emissão	Valor de emissão	Em circulação (quantidade)	Emissão	Vencimento	Encargos anuais %	Preço Unit. (em reais)	Controladora e Consolidado	
							31/12/2015	31/12/2014
4ª Emissão - 1ª série	215.100	21.510	15/07/2011	2015 - 2016	CDI + 1,1% a.a	R\$ 10,00	114.919	227.230
4ª Emissão - 2ª série	84.900	8.490	15/07/2011	2015 - 2017	IPCA + 7,8% a.a	R\$ 10,00	78.994	107.067
5ª Emissão - 1ª série	220.000	22.000	15/06/2012	2016 - 2018	CDI + 0,97% a.a	R\$ 10,00	221.367	221.148
5ª Emissão - 2ª série	80.000	8.000	15/06/2012	2017 - 2019	IPCA + 5,7% a.a	R\$ 10,00	106.044	95.761
6ª Emissão - 1ª série	400.000	40.000	01/08/2013	2017 - 2018	CDI + 0,85% a.a	R\$ 10,00	423.909	419.645
Custos de estruturação	-	-	-	-	-	-	(1.438)	(2.475)
Swap - 4ª e 5ª Emissão - 2ª série (nota explicativa nº 28.5.2)	-	-	-	-	-	-	1.501	(473)
TOTAL							945.296	1.067.903

As cláusulas contratuais ("covenants") e o cronograma de liquidação de acordo com o fluxo de caixa contratual estão demonstradas na nota explicativa nº 27.1.3.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Financiamentos – operações serviços financeiros

	Encargos médios - %	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Financiamento – Vendas e Parcelamento Fatura (a)	5,9% a.m a 13,99% a.m	19.130	29.263	54.711	37.153
Financiamento – Empréstimo Pessoal (b)	11,31% a.m	-	-	126.026	127.434
Financiamento - Conta Garantida (c)	17,8% a 19,8% a.m	4.243	8.663	144.339	112.848
Financiamento - Vendor (d)	19,8% a.m	49.548	54.414	49.548	54.414
Quotas Sênior – FIDC Lojas Renner (e)	CDI + 1,08% a.a	-	-	428.182	426.754
Custos de estruturação FIDC Lojas Renner (f)	-	-	-	(6.341)	(8.225)
		72.921	92.340	796.465	750.378
Passivo circulante		72.921	92.340	380.914	336.719
Passivo não circulante		-	-	415.551	413.659
Total		72.921	92.340	796.465	750.378

- (a) Os valores de "Financiamento – Venda e Parcelamento Fatura" referem-se aos montantes financiados aos clientes da Companhia por Instituições Financeiras, através de CDCI/Vendor, em compras realizadas na condição de pagamento entre sete e oito prestações mensais na Lojas Renner S.A., e em até doze prestações para compras nos estabelecimentos credenciados a Mastercard e Visa ("Meu Cartão"). A Companhia possui cobrança de pagamento.
- (b) Os valores de "Financiamentos – Empréstimo Pessoal" correspondem aos montantes dos contratos de empréstimo pessoal, concedidos aos clientes por banco conveniado e intermediados pela controlada RACC. A Companhia é garantidora das operações.
- (c) Os valores de "Financiamento - Conta Garantida" são utilizados para o financiamento das carteiras de atraso, saque e refinanciamento do Meu Cartão, e também, para financiar a carteira em atraso das vendas da loja virtual.
- (d) Os valores de "Financiamento – Vendor" são realizados através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes.
- (e) Representa o saldo das quotas sênior emitidas pelo FIDC Lojas Renner (nota explicativa nº 9), objeto de distribuição pública nos termos da instrução CVM nº 400/03, com prioridade de amortização e resgate em relação às quotas subordinadas. Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC Loja Renner em maio de 2019.
- (f) Refere-se ao saldo dos custos incorridos na estruturação do FIDC Lojas Renner, que serão reconhecidos no resultado (custo de serviços financeiros) ao longo do tempo de vigência do fundo, conforme taxa interna de retorno (TIR) da captação do recurso.

18 Ônus, garantias e responsabilidades

A partir de setembro de 2008, a Companhia disponibilizou aos seus clientes "Financiamento - Conta Garantida", para financiar as carteiras em atraso, saque e refinanciamento do "Meu Cartão", e também, para financiar a carteira em atraso dos produtos da loja virtual, divisão beleza e da Camicado, sendo responsável pela liquidação dos débitos. Os valores destas transações estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam em 31 de dezembro de 2015, R\$ 4.243 na Controladora e R\$ 144.339 no Consolidado (R\$ 8.663 e R\$ 112.848 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente), vide nota explicativa nº 17.

A partir de agosto de 2005, a Companhia passou a oferecer aos seus clientes a condição de pagamento com encargos, através da intermediação junto a instituições financeiras (CDCI/Vendor), na qual a Companhia figura como fiadora e principal pagadora, sendo solidariamente responsável por todas as obrigações, principais e acessórias oriundas da operação. Em 31 de dezembro de 2015, o montante a vencer das operações de vendas financiadas garantidas pela Companhia totalizam R\$ 19.130 na Controladora e R\$ 54.711 no Consolidado (R\$ 29.263 na Controladora e R\$ 37.153 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014, respectivamente), vide nota explicativa nº 17.

A partir de Dezembro de 2010, a Companhia passou a disponibilizar aos clientes, através do Convênio para Concessão de Financiamentos – Vendor Eletrônico com o Itaú Unibanco, linha de crédito destinada ao financiamento dos clientes inadimplentes. A Companhia presta garantia ao Itaú Unibanco de referidas operações, assumindo como fiadora e principal pagadora das obrigações assumidas pelos clientes. Os financiamentos concedidos aos clientes nesta modalidade de crédito estão registrados na conta de financiamentos – operações serviços financeiros do passivo circulante e totalizam, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 49.548 na Controladora e no Consolidado (R\$ 54.414 em 31 de dezembro de 2014), vide nota explicativa nº 17.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em abril de 2006, a Companhia e a sua controlada RACC celebraram "Contrato de Convênio Para Concessão de Empréstimos Pessoais" aos clientes Renner junto ao Banco Safra S.A. e, a partir de março de 2010, junto ao Banco Alfa. Como parte da operação, a Lojas Renner S.A. assume junto ao Banco a condição de fiador e principal pagador das obrigações principais e acessórias, contraídas e a serem contraídas pelos clientes Renner nos empréstimos pessoais concedidos com base no contrato. Em 31 de dezembro de 2015, o montante a vencer dos empréstimos pessoais garantidos totaliza R\$ 126.026 (R\$ 127.434 em 31 de dezembro de 2014) no Consolidado, conforme nota explicativa nº 17.

Em 21 de dezembro de 2015, a controlada Maxmix Comercial Ltda. captou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco Bradesco S.A. tendo como garantidora da operação a Lojas Renner S.A. A garantia foi concedida em nota promissória, em 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 20.457, conforme nota explicativa nº 16.1.

19 Arrendamento mercantil a pagar

19.1 Arrendamento mercantil financeiro

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia detinha compromissos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil de sistemas de informática, com prazo de até 25 meses e taxa média ponderada de 12,68% a.a. (12,41% a.a. em 2014). As licenças poderão ser adquiridas ao final dos contratos por um valor residual garantido.

Em julho de 2012 a Companhia firmou um contrato de arrendamento mercantil de aluguel de imóvel (Sede Administrativa), com prazo de 50 anos corrigido com base na variação acumulada do INPC anual. Ao final do contrato é garantida a preferência em adquirir o imóvel mediante notificação.

Em 31 de dezembro de 2015, os passivos de arrendamento financeiro são devidos, como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	13.243	9.450
Mais de um ano e menos de cinco anos	20.024	28.730
Mais de cinco anos	157.595	145.263
	190.862	183.443
(-) Menos os encargos financeiros futuros	(141.430)	(129.453)
Valor presente dos pagamentos mínimos	49.432	53.990

Em 31 de dezembro de 2015 os saldos das rubricas de imobilizado e intangível, líquido de depreciação ou amortização, consideram bens arrendados no valor de R\$ 44.957 (R\$ 60.465 em 31 de dezembro de 2014).

19.2 Arrendamento mercantil operacional (aluguéis a pagar)

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 410 contratos de locação para suas unidades comerciais, de logística e administrativa, sendo 297 contratos referentes à operação da Controladora, 75 contratos referentes à operação da Camicado e 38 contratos referentes à operação da Youcom (em 31 de dezembro de 2014 possuía 343 contratos, sendo 257 à operação da Controladora, 62 referentes à operação da Camicado e 24 contratos referentes à operação da Youcom). A Companhia analisou referidos contratos e concluiu, à exceção do contrato de sua sede administrativa (nota explicativa nº 19.1) que todos os demais se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas e/ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia pagar o maior valor entre ambos. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os contratos de aluguel das áreas de logística e administrativa possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no contexto da Controladora, que inclui a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 29.3, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 251.398 (R\$ 217.452 em 31 de dezembro de 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no contexto Consolidado, eliminando a operação de aluguel com a Dromegon descrita na nota explicativa nº 29.3, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 269.149 (R\$ 231.214 em 31 de dezembro de 2014).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2015 totalizam um montante mínimo de R\$ 1.454.982, assim distribuídos:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Compromissos futuros		
Até um ano	230.622	200.894
Mais de um ano e até cinco anos	757.346	685.831
Mais de cinco anos	467.014	430.753
Total	1.454.982	1.317.478

20 Fornecedores

Os fornecedores estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores comerciais	405.130	405.269	466.992	461.838
Ajuste a valor presente	(2.473)	(2.548)	(2.473)	(2.548)
Fornecedores uso e consumo	80.425	90.860	88.934	102.190
Total	483.082	493.581	553.453	561.480

Em 31 de dezembro de 2015, o montante de pagamentos antecipados a fornecedores cujo vencimento original era posterior a 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 244.730 (R\$ 231.361 em 31 de dezembro de 2014). Os descontos obtidos com estas antecipações são registrados como redução do custo das vendas, uma vez que estão diretamente relacionados com o contrato de fornecimento de mercadorias.

21 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matéria tributária, trabalhista e cível.

A Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Para os processos tributários classificados como perda possível, a Companhia provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais atuais negociadas com os seus assessores jurídicos. O detalhamento dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado abaixo:

21.1 Provisões

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias					
ICMS - LC 102/2000	(a.1)	5.009	4.501	5.009	4.501
ICMS - Fornecedores inidôneos	(a.2)	11.183	10.233	11.186	10.233
ICMS - Devoluções	(a.3)	1.004	4.583	1.004	4.583
ICMS - Antecipado RS	(a.4)	3.961	-	3.961	-
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	(a.5)	8.797	8.259	8.797	8.259
FAP/SAT	(a.6)	-	-	2.850	2.160
IRPJ/CSLL - JSCP exerc. anteriores	(a.7)	1.187	1.013	1.187	1.013
INSS/IRRF - Parcelas não salariais	(a.8)	1.793	1.759	1.793	1.759
PIS/Cofins - Comp.não homologadas	(a.9)	1.872	-	1.872	-
Outras Provisões	(a.10)	5.182	4.434	6.339	5.065
(-) Depósitos Judiciais	(a.11)	(6.300)	(9.154)	(9.150)	(11.314)
		33.688	25.628	34.848	26.259
Cíveis	(b)	15.157	14.859	15.201	14.974
Trabalhistas	(c)	14.260	8.822	14.665	9.024
TOTAL		63.105	49.309	64.714	50.257
Passivo Circulante		29.417	23.681	29.866	23.998
Passivo Não Circulante		33.688	25.628	34.848	26.259
Total		63.105	49.309	64.714	50.257

Provisões tributárias

(a.1) ICMS – LC 102/2000 – Refere-se, principalmente, ao questionamento da aplicação da Lei Complementar 102/2000 no que tange ao crédito do ICMS no consumo de energia, telecomunicações e também ao crédito nas aquisições de ativo imobilizado. Os processos encontram-se em andamento e não há previsão de desembolso de recursos, haja vista o depósito judicial das importâncias em discussão.

(a.2) ICMS – Fornecedores inidôneos – Refere-se a processos relacionados a suposto creditamento indevido de ICMS relacionado à aquisição de mercadorias junto a fornecedores considerados pela autoridade fazendária como inidôneos. Os processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.3) ICMS – Devoluções – Refere-se a autos de infração decorrentes da glosa de créditos de ICMS em face do entendimento da SEFAZ/RJ de que as notas fiscais de devolução de mercadorias emitidas pela Companhia não atendiam as formalidades acessórias. Dos 11 processos que se encontravam em andamento, 9 deles foram encerrados com decisão administrativa parcialmente favorável à Companhia. Os demais processos estão em andamento e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.4) ICMS Antecipado RS – Refere-se a autos de infração para cobrança de ICMS diferencial de alíquota, de forma antecipada, na entrada de mercadorias importadas no Estado, recebidas de outra unidade da Federação. Os processos estão em andamento na esfera administrativa e não há previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.5) IRPJ/CSLL – Lei 11.196/2005 – Refere-se ao auto de infração para glosa de dispêndios de inovação tecnológica cujos projetos não foram entendidos como tal pela Receita Federal do Brasil. A Companhia não tem previsão de data para desembolso destes recursos.

(a.6) FAP/SAT – Refere-se ao Mandado de Segurança que questiona o aumento da alíquota do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), de 1% para 3%, e o Fator Acidentário de Prevenção (FAP). O saldo provisionado corresponde a valores que foram depositados em juízo pela controlada Maxmix Comercial Ltda.

(a.7) IRPJ/CSLL – JSCP exerc.antteriores – Refere-se a auto de infração para glosa da despesa com pagamento de JSCP correspondente a distribuição de lucro de exercício anterior, realizado no ano calendário de 2010. O processo está em andamento e não há previsão de data para desembolso deste recurso. Em janeiro de 2016, o recurso voluntário da companhia foi julgado em sentido favorável nas turmas do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) sendo que a decisão não transitou em julgado.

(a.8) INSS/IRRF – Parcelas não salariais – Refere-se a autos de infração lavrados para cobrança de contribuição previdenciária sobre valores considerados pela Companhia como não tributáveis pela referida contribuição, bem como aplicação de multa de ofício pela falta de retenção de imposto de renda na fonte sobre os referidos valores. O processo está em andamento e não há previsão de data para desembolso deste recurso.

(a.9) PIS/COFINS – Comp.não homologadas – Refere-se a compensação de créditos de PIS reconhecidos em ação judicial com débitos de PIS/COFINS não homologada por suposta inexistência de crédito, sendo que a divergência de valores é relativa a índices de correção determinados pela decisão judicial e os índices aplicáveis no entendimento da fiscalização. O processo está em andamento e não há previsão de data para desembolso deste recurso.

(a.10) Outras Provisões – Referem-se a diversos processos, abrangendo matérias como contribuições previdenciárias, aplicação de multa de ofício em pagamento espontâneo de débitos, obrigações acessórias, glosa de ajustes na base do lucro real, IRPJ e CSLL, entre outros, cujas perdas estão estimadas por nossos consultores jurídicos de acordo com os critérios utilizados para os demais itens, destacados nesta nota.

(a.11) Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão sobre processos de natureza tributária, os quais totalizam, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 17.082 na Controladora e R\$ 19.975 no Consolidado (R\$ 15.944 e R\$ 18.147 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente). Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários, no montante de R\$ 6.300 na Controladora e R\$ 9.150 no Consolidado, em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 9.154 e R\$ 11.314 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente), estão sendo apresentados deduzindo o valor do passivo correspondente. Os demais saldos de depósitos judiciais, no montante de R\$ 10.782 na Controladora e R\$ 10.825 no Consolidado (R\$ 6.790 e R\$ 6.833 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente), estão apresentados no ativo não circulante.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Classificação das provisões tributárias

Abaixo, segue a abertura da classificação das provisões tributárias de acordo com o risco de probabilidade de perda avaliado pela administração da Companhia e dos seus assessores legais em 31 de dezembro de 2015:

Principais Matérias	Controladora			Consolidado		
	Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS - LC 102/2000	4.356	653	5.009	4.356	653	5.009
ICMS - Fornecedores inidôneos	-	11.183	11.183	-	11.186	11.186
ICMS - Devoluções	-	1.004	1.004	-	1.004	1.004
ICMS - Antecipado RS	-	3.961	3.961	-	3.961	3.961
IRPJ/CSLL - Lei 11.196/2005	8.554	243	8.797	8.554	243	8.797
FAP/SAT	-	-	-	-	2.850	2.850
IRPJ/CSLL - JSCP exerc. anteriores	-	1.187	1.187	-	1.187	1.187
INSS/IRRF - Parcelas não salariais	-	1.793	1.793	-	1.793	1.793
PIS/Cofins - Comp. não homologadas	1.872	-	1.872	1.872	-	1.872
Outras Provisões	-	5.182	5.182	503	5.836	6.339
Total	14.782	25.206	39.988	15.285	28.713	43.998

Provisões cíveis

(b) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

Provisões trabalhistas

(c) A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais trabalhistas com objetos diversos. As provisões são revisadas periodicamente, considerando a evolução dos processos e o histórico de valores efetivamente liquidados.

21.2 Passivos contingentes

Passivos contingentes

Os principais passivos contingentes estão relacionados com as matérias tributárias mencionadas no quadro acima "Classificação das provisões tributárias", para as quais a Administração entende que a probabilidade de desembolso seja individualmente pequena (processos de probabilidade de perda possível), porém pode ser provável que no conjunto dos processos desta mesma natureza ocorra a necessidade de desembolso nos montantes registrados, principalmente por conta de custas processuais e honorários advocatícios.

Outros passivos contingentes

A Companhia discute judicialmente um processo movido pelo Banco Renner, a associação da marca "Renner" na exploração de serviços financeiros, exceto aqueles relacionados ao Cartão de Crédito "Renner", serviços de suporte a ele relacionados e seguro. O processo encontra-se em disputa judicial e é avaliado como de perda provável no que tange ao uso da marca e como remoto no que diz respeito a eventuais indenizações, sendo que em ambas as hipóteses não há contingência financeira determinada nos autos, bem como não há estimativa quanto a desembolso.

21.3 Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, em 31 de dezembro de 2015, está demonstrada abaixo:

Natureza	Controladora					Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	(-) Depósitos Judiciais	TOTAL	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	(-) Depósitos Judiciais	TOTAL
Saldos em 1/1/2015	14.859	8.822	34.782	(9.154)	49.309	14.974	9.024	37.573	(11.314)	50.257
(+/-) Provisões / (Reversões)	298	5.438	3.342	2.854	11.932	227	5.641	4.473	2.164	12.505
(+) Atualização	-	-	1.959	-	1.959	-	-	2.047	-	2.047
(-) Baixas	-	-	(95)	-	(95)	-	-	(95)	-	(95)
Saldos em 31/12/2015	15.157	14.260	39.988	(6.300)	63.105	15.201	14.665	43.998	(9.150)	64.714

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Outras obrigações

As outras obrigações do passivo circulante e não circulante estão assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos de Instituições Financeiras (a)	396	1.983	9.632	8.855
Obrigações com clientes (b)	16.215	15.892	30.666	28.410
Obrigações relacionadas às operações com seguros (c)	8.566	14.333	8.726	14.454
Obrigações aos ex-controladores Camicado (d)	-	-	4.221	6.863
Outras obrigações (e)	50.537	54.522	17.853	15.484
Total	75.714	86.730	71.098	74.066
Passivo circulante	75.714	86.334	68.842	67.184
Passivo não circulante	-	396	2.256	6.882
Total	75.714	86.730	71.098	74.066

- (a) Referem-se basicamente às antecipações de receitas com a intermediação de serviços financeiros, relacionados às operações de vendas financiadas e cartão bandeira.
- (b) Referem-se aos saldos a favor dos clientes, cujos créditos poderão ser utilizados como pagamento em compras na Companhia e mercadorias compradas em listas de noivas, mas ainda não entregues.
- (c) Adiantamentos relacionados às operações de seguros referentes a contrato de exclusividade e prêmios de seguro pagos pelos clientes para repasse para a empresa seguradora.
- (d) Saldo a pagar aos ex-controladores da Maxmix Comercial Ltda.
- (e) Referem-se aos saldos a pagar correspondentes a aquisição de créditos de ICMS, fretes, royalties, empréstimo consignado em folha de pagamento, repasses do convênio de empréstimo pessoal, repasses de saldos de operações de cartões de crédito, entre outros.

23 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	81.106	78.679	83.629	79.735
ICMS a recolher	154.442	134.635	160.080	139.847
PIS/COFINS	81.168	74.443	88.240	79.591
Outros tributos	9.290	20.218	11.196	21.710
Total	326.006	307.975	343.145	320.883
Passivo circulante	326.006	307.975	342.976	320.583
Passivo não circulante	-	-	169	300
Total	326.006	307.975	343.145	320.883

24 Patrimônio Líquido

24.1 Capital social

Em 23 de setembro de 2015, a Lojas Renner S.A. ("Lojas Renner" ou "Companhia"), em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 157 da Lei n.º 6.404/76 e à Instrução CVM 358/02, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que aprovou, dentre outras matérias, o desdobramento da totalidade de suas ações ordinárias (o "Desdobramento"), passando cada 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia a corresponder a 5 (cinco) ações ordinárias.

O limite do capital autorizado da Companhia é de 1.125.000.000 (hum bilhão, cento e vinte e cinco milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal. Dentro dos limites autorizados no Estatuto, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O capital social integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.136.124 (R\$ 750.853 em 31 de dezembro de 2014), representado por 640.041.325 (seiscentos e quarenta milhões, quarenta e um mil, trezentos e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. De acordo com o art. 42 do Estatuto Social da Companhia, qualquer pessoa ou Grupo de Acionistas que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia (Acionista Comprador) em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações emitidas deverá, no prazo máximo de 60 dias a contar da data de aquisição, realizar uma Oferta Pública (OPA) para aquisição da totalidade das ações, observando disposições da regulamentação da CVM, dos regulamentos da BM&FBovespa e do Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, nenhum acionista detém, individualmente, participação acionária igual ou superior a 20%.

Demonstração da evolução do capital social e das ações integralizadas

	Quant. de ações (mil)	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2014	629.474	719.735
Aumento de capital, RCA de 20.05, 22.08 e 18.11	7.499	31.118
Saldo em 31 de dezembro de 2014	636.973	750.853
Aumento de capital, AGO de 16.04	-	354.308
Aumento de capital, RCA de 19.05, 27.08, 17.11 e 17.12	3.068	30.963
Saldo em 31 de dezembro de 2015	640.041	1.136.124

A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, bem como o direito a participar da destinação dos lucros, na forma de dividendos, propostos em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e de acordo com os artigos 190 e 202 da Lei 6.404/76, que estabelecem um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

24.2 Ações em tesouraria

Em 17 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações ("Programa de Recompra"), de emissão de ações da própria Companhia, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria e posteriormente utilizadas para atender ao exercício do Plano de Ações Restritas (nota explicativa nº 33), podendo, ainda, serem canceladas ou alienadas. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de ações em tesouraria é de R\$ 6.016 correspondente a 350.000 (trezentos e cinquenta mil) ações ordinárias a um custo médio ponderado de aquisição de R\$ 17,17.

24.3 Reservas de capital

Reservas de ágio

Referem-se ao ágio originado de incorporação reversa da JC Penney Brasil Investimentos Ltda. (R\$ 106.660) e da empresa JC Penney Brasil Comercial Ltda. (R\$ 11.505), ocorrido em 3 de dezembro de 1999 e 25 de maio de 2005, respectivamente.

Reserva de plano de opção de compra de ações

Referem-se à contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 32. A destinação das reservas de capital depende de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas (AGE). O saldo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 154.126 (R\$ 127.695 em 31 de dezembro de 2014).

24.4 Reservas de lucros

Reserva para investimento e expansão

Esta reserva é constituída conforme destinação deliberada pelos órgãos da Administração, para fazer frente aos investimentos do plano de expansão da Companhia, conforme previsto no art. 34, item (c) do Estatuto Social da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 672.669 (R\$ 708.616 em 31 de dezembro de 2014).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva legal

Em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 34, item a do Estatuto Social da Companhia, é constituída reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício. O saldo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 92.465 (R\$ 63.523 em 31 dezembro de 2014).

Dividendo adicional proposto

Refere-se aos dividendos propostos adicionalmente ao mínimo obrigatório, cujo montante é submetido à Assembleia Geral Ordinária (AGO) para aprovação. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é apresentada na nota explicativa nº 25. O saldo em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 79.137 (R\$ 67.118 em 31 dezembro de 2014).

24.5 Ajustes de avaliação patrimonial

São apresentados como ajustes de avaliação patrimonial os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira e os resultados não realizados com os instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge accounting* de fluxo de caixa. O montante dos ajustes registrados representa um ganho, líquido de impostos, no montante de R\$ 64.226 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 19.298 de ganho, líquido de impostos em 31 de dezembro de 2014) e serão revertidos quando da liquidação dos referidos instrumentos financeiros, com os efeitos no resultado segundo o regime de competência.

25 Dividendos e Juros sobre o capital próprio

A Administração da Companhia propôs, em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de janeiro de 2016, a distribuição de 40% do lucro líquido gerado no exercício de 2015, complementando, a título de dividendos, montante já deliberado na forma de juros sobre capital próprio ao longo do exercício. A distribuição dos dividendos será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se até o mês de abril de 2016. A soma dos juros sobre capital próprio acrescido dos dividendos, totalizando 40% do lucro líquido gerado no exercício, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, está sendo constituída uma reserva de lucros para investimento e expansão no montante de R\$ 318.361, conforme previsto no art. 34, item (c) do Estatuto Social da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão, previstos para o exercício social de 2016. Conforme o art. 199 da Lei 6404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

Os dividendos e os juros sobre capital próprio foram calculados como segue:

Base de cálculo dos dividendos e JSCP ajustada	2015	2014
Lucro líquido do exercício	578.838	471.420
(-) Reserva legal	(28.942)	(23.571)
Lucro líquido do exercício ajustado	549.896	447.849
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	137.474	111.962
Dividendo adicional proposto	94.061	76.606
Total dos juros sobre o capital próprio e dividendos	231.535	188.568
Percentual distribuído sobre o lucro líquido do exercício	40%	40%

Apresentamos abaixo, o demonstrativo de distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio no exercício de 2015:

Período	Natureza	Pagamento	Ações em circulação (mil)	R\$/ação	Controladora e Consolidado	
					31/12/2015	31/12/2014
1º Trimestre	JSCP	Abril/2016	636.973	0,0374	23.797	17.361
2º Trimestre	JSCP	Abril/2016	639.200	0,0417	26.667	17.795
3º Trimestre	JSCP	Abril/2016	639.375	0,0467	29.834	18.267
4º Trimestre	JSCP	Abril/2016	639.985	0,0510	32.665	18.638
4º Trimestre	(*) Dividendos	Abril/2016	639.691	0,1854	118.572	116.507
4º Trimestre	(*) Dividendos prescritos	Abril/2016	639.691	0,0006	371	153
TOTAL				0,3628	231.906	188.721

(*) A quantidade de ações em circulação está desconsiderando as 350.000 ações em tesouraria.

Em adição à parcela de 40% do lucro líquido do exercício R\$ 231.535, estão sendo destinados também R\$ 371 referentes a redistribuição de dividendos prescritos, ajustados à conta de lucros acumulados.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas pelas opções de compra de ações exercíveis.

A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora e Consolidado	
	2015 (*)	2014 (*)
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	578.838	471.420
Média ponderada de ações ordinárias	638.497	631.470
Lucro por ação básico	0,9066	0,7465
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício	578.838	471.420
Média ponderada de ações ordinárias	638.497	631.470
Potencial incremento nas ações ordinárias em função do plano de opções	1.976	1.000
Lucro por ação diluído	0,9038	0,7454

(*) Em 23 de setembro de 2015 ocorreu o desdobramento das ações de uma ação para cinco.

27 Gerenciamento de riscos

Visão geral

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados: (i) risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros); (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez, (iv) risco de capital e (v) riscos socioambientais.

O gerenciamento de riscos da Companhia é executado por uma estrutura multidisciplinar, possibilitando que a Diretoria avalie se a gestão do negócio está em linha com as políticas e diretrizes definidas pela Administração. Em abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia criou o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, que tem como objetivo identificar e monitorar os principais fatores de risco da Companhia.

27.1 Gerenciamento de riscos

27.1.1 Riscos de mercado

Risco cambial

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte americano e captação de empréstimo em moeda estrangeira. A política de gestão de risco cambial definida pela Administração da Companhia é a de proteger até 100% de suas importações via operações de hedge, compostas por contratos de compra a termo de moeda do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e até 100% do valor contratado de empréstimo em moeda estrangeira (*Loan 4131*).

Para definição da cotação do dólar utilizada no cenário esperado, a Companhia segue projeções do mercado futuro *BM&FBovespa* para 31 de março de 2016. É importante destacar que a exposição líquida efetiva está relacionada preponderantemente a estimativa de fluxos de caixa futuros, para os quais há possibilidade de ajuste na composição de preços a serem praticados no varejo, como forma de compensar eventuais reflexos de custos por ocasião da ocorrência de cenários de deterioração na cotação do dólar. Considere-se que, substancialmente, os resultados efetivos serão percebidos somente quando da liquidação dos pedidos de importação e do swap.

Abaixo, demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos pedidos de importações de mercadorias, e empréstimo em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2015:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Consolidado					
		Valorização da moeda		Desvalorização da Moeda			
Derivativos designados para hedge accounting		Nocional US\$ Receber (Pagar)	Provável US\$ 1 = R\$ 4,07	Possível +25% US\$ 1 = R\$ 5,09	Remoto 50% US\$ 1 = R\$ 6,10	Possível -25% US\$ 1 = R\$ 3,05	Remoto -50% US\$ 1 = R\$ 2,03
Objeto de hedge	Pedidos emitidos	(209.268)	(16.160)	(184.397)	(383.603)	217.959	419.138
Instrumento de Hedge	NDF	209.268	12.747	188.423	389.593	(213.917)	(415.087)
Exposição Líquida Pedidos Importação		-	(3.413)	4.026	5.990	4.042	4.051
Exposição Custo de Importação		(10.464)	(728)	(8.976)	(18.616)	10.496	20.231
Derivativos não designados para hedge accounting							
Objeto	Empréstimo	(5.138)	(468)	(4.539)	(9.545)	5.474	10.480
Instrumento	Swap	5.138	459	4.456	9.372	(5.375)	(10.290)
Exposição Líquida Swap		-	(9)	(83)	(173)	99	190
Exposição Líquida Total / Efeito			(4.150)	(5.033)	(12.799)	14.637	24.472
(Redução) aumento no resultado, líquido do efeito dos			(2.739)	(3.322)	(8.447)	9.660	16.152

Ainda que sejam contratadas proteção para maior parte da exposição em dólar norte americano, o fato de utilizar-se o dólar médio ponderado BM&FBovespa para exposição dos pedidos de importação e o dólar BM&FBovespa para os vencimentos dos contratos a termo de moeda, apresentam-se pequenas diferenças temporais, que se anulam quando da liquidação efetiva das operações. Em relação aos impactos do empréstimo e do swap contratado para proteção da exposição ao dólar nestes contratos, a exposição líquida demonstrada está relacionado ao custo fixo dos juros mais *Libor*, não cobertos pelo instrumento de proteção contratado.

Risco de taxa de juros

O risco referente a taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata), financiamentos de operações de serviços financeiros, debêntures e swap. A política da Companhia é a de manter 100% de seus empréstimos alocados no mercado de renda fixa, com captações remuneradas tanto a taxa de juros fixa, bem como atreladas ao CDI, a TJLP, a Selic, a *Libor* e também com variação de índices de inflação. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como o curto prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Companhia baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e *hedge* natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, conforme requerido pela IN CVM nº 475/08, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI, TJLP, Selic e IPCA em 25% ou 50% superiores e inferiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI, TJLP, Selic e o IPCA para a próxima divulgação (indicadores e sensibilidade para 31 de março de 2016) de, respectivamente 14,72% a.a, 7,5% a.a, 14,73% a.a e 11,72% a.a. Estas estimativas tomam por base projeções do mercado futuro BM&FBovespa (exceto TJLP extraída do BNDES).

Abaixo, demonstramos a análise de sensibilidade do risco das taxas de juros em 31 de dezembro de 2015:

Consolidado							
		Aumento dos Juros			Redução dos Juros		
Instrumentos Financeiros	Risco	Saldo em 31/12/2015	Cenário Provável	Possível (+) 25% - R\$	Remoto (+) 50% - R\$	Possível (-) 25% - R\$	Remoto (-) 50% - R\$
Equiv alentes de caixa	Baixa CDI	644.033	22.322	27.902	33.483	16.742	11.161
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta CDI e IPCA	(1.055.878)	(36.066)	(45.083)	(54.099)	(27.049)	(18.033)
(*) Swap	Alta CDI	(1.237)	1.725	2.156	2.587	1.294	863
Financiamentos operações serviços financeiros	Alta CDI	(796.465)	(10.375)	(12.969)	(15.562)	(7.781)	(5.187)
Redução no resultado do exercício		(1.209.547)	(22.394)	(27.994)	(33.591)	(16.794)	(11.196)
Impacto no resultado, líquido de impostos			(14.780)	(18.476)	(22.170)	(11.084)	(7.389)

(*) Informações de acordo com a nota explicativa nº 28.5.2.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia refere-se, em suma, aos equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Equivalentes de caixa

Conforme política financeira da Companhia, os equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) devem ser aplicados em instituições financeiras com classificação de risco de crédito (*rating* de longo prazo em escala nacional) com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado. A classificação dos *ratings* dos equivalentes de caixa estão de acordo com as principais agências de classificação de risco. Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito dos equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2015:

Rating - Escala Nacional	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
brAAA	96.254	609.070
brAA	202.423	-
brAA+	245.196	133.009
(*) N/a - Fundo - Brasil Plural Crédito Privado Retail FRR	100.160	-
Total - Escala Nacional	644.033	742.079

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de risco para o Fundo – Brasil Plural Crédito Privado Retail FRR nas principais agências de classificação de risco. Os ativos que compõem a carteira do referido fundo possuem classificação de risco brAAA em pelo menos uma das agências de classificação de *ratings*.

Contas a receber de clientes

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração, suportada por sistemas tecnológicos e processos avançados, vinculados à área de risco e fraude e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração da Companhia por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Segue a abertura da qualidade do crédito conforme análise de risco da carteira em 31 de dezembro de 2015:

Classificação da qualidade do risco de crédito	Consolidado							
	31/12/2015				31/12/2014			
	CCR + Cartão de Terceiros	Meu Cartão	Empréstimo Pessoal	Total	CCR + Cartão de Terceiros	Meu Cartão	Empréstimo Pessoal	Total
Baixo	1.085.735	168.186	16.755	1.270.676	862.712	103.294	12.925	978.931
Médio baixo	182.569	90.332	42.975	315.876	151.780	60.495	33.203	245.478
Médio	167.337	73.059	711	241.107	327.668	87.289	571	415.528
Médio alto	207.161	72.135	77.815	357.111	186.859	52.499	73.624	312.982
Alto	84.948	51.513	41.127	177.588	79.975	34.428	48.562	162.965
Total	1.727.750	455.225	179.383	2.362.358	1.608.994	338.005	168.885	2.115.884

A classificação interna do risco da qualidade do crédito da carteira do contas a receber está descrita abaixo:

Baixo – clientes com probabilidade menor ou igual a 9,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento, e também, recebíveis das administradoras de cartões de crédito.

Médio baixo – clientes com probabilidade maior do que 9,3 % e menor ou igual a 16,8% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Médio – clientes com até quatro meses de Cartão de Crédito Renner (CCR) e que não apresentam histórico de movimentação para fins de medição de probabilidade de inadimplência.

Médio alto – clientes com probabilidade maior do que 16,8% e menor ou igual a 31,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Alto – clientes com probabilidade maior do que 31,3% de apresentar atraso superior a 60 dias do vencimento.

Os recebíveis da Companhia são originados nas suas operações de varejo a pessoa física de forma massificada, com análise de crédito individual, com baixo ticket médio, tendo como característica a pulverização absoluta do risco de crédito e a ausência de instrumento de garantia, de modo que, os valores registrados no contas a receber representam a dimensão adequada da

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

exposição da Companhia ao risco de crédito. No processo de gestão da recuperação dos créditos, a Companhia não realiza novação de dívida e, portanto, o *aging* registrado no contas a receber reflete as condições originais dos contratos.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Os *ratings* dos derivativos estão de acordo com as principais agências de classificações de risco. Abaixo, demonstramos a qualidade do crédito dos derivativos em 31 de dezembro de 2015:

Rating - Escala Nacional	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
brAAA	-	29.312
brAA	1.667	-
brAA+	73.145	4.834
(*) N/a	24.972	-
Total - Escala Nacional	99.784	34.146

(*) Não aplicável, pois não consta classificação de *rating* na escala nacional. Com relação a escala global, a classificação de *rating* é A+.

O saldo de instrumentos financeiros derivativos contempla o valor de R\$ 264 do swap – Loan 4131 (R\$ 3.478 do swap da 4ª e 5ª emissão da 2ª série das debêntures e swap – Loan 4131), o qual está classificado na linha de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota explicativa nº 16.1).

27.1.3 Risco de liquidez

A Companhia tem adotado a gestão de suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de varejo, bem como no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito. Os principais objetivos da Administração na gestão de um caixa mínimo estratégico são: i) precaução para momentos de incerteza na economia; ii) garantir a execução da estratégia de investimentos e expansão da Companhia; iii) garantir a manutenção/expansão das operações de produtos financeiros em momentos de restrição de crédito; iv) garantir a amortização e serviços de dívidas, v) e garantir a manutenção da política de distribuição de dividendos.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Os limites globais concedidos a Companhia apresentam espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis, não gerando risco de quebra desses limites ou cláusulas dos empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A Companhia possui empréstimos com cláusulas contratuais que requerem a manutenção de indicadores financeiros tendo como principal operação com cláusulas dessa natureza as Debêntures, tendo a 4ª emissão emitida em 15 de julho de 2011, a 5ª emissão emitida em 15 de junho de 2012 e a 6ª emissão emitida em 1º de agosto de 2013. Abaixo a síntese dos índices financeiros (*Covenants*) previstos, conforme documentos de oferta pública registrada na CVM:

4ª emissão de debêntures de 15 de julho de 2011:

Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 2,5;
EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero).

5ª emissão de debêntures de 15 de junho de 2012:

Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

6ª emissão de debêntures de 1º de agosto de 2013:

Dívida Líquida Consolidada/ EBITDA menor ou igual a 3,0;
EBITDA/ Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 2,0, ou menor que 0 (zero), sendo que neste último caso o EBITDA deverá ser maior que 0 (zero).

A Companhia monitora estes índices periodicamente e tem confirmado o atendimento das premissas contratuais estabelecidas.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, estão demonstrados os fluxos de caixa contratuais dos passivos financeiros do Consolidado:

	Saldo Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2015								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.057.115	1.340.547	46.388	133.321	214.316	502.064	433.877	10.580
Financiamentos - operações serviços financeiros	796.465	1.053.189	190.377	213.288	62.881	65.943	520.700	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	49.432	190.862	10.029	1.131	2.878	11.393	7.836	157.595
Fornecedores	553.453	553.453	553.453	-	-	-	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	241.086	241.086	190.043	39.484	11.559	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.601	2.903	256	138	2.509	-	-	-
Total	2.700.152	3.382.040	990.546	387.362	294.143	579.400	962.413	168.175
Em 31 de dezembro de 2014								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.138.718	1.489.836	46.502	36.407	211.677	350.843	841.170	3.237
Financiamentos - operações serviços financeiros	750.378	1.079.597	183.126	171.586	50.018	123.329	551.538	-
Financiamentos das importações	8.442	8.685	5.285	2.970	430	-	-	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	53.990	183.443	8.704	177	1.364	12.220	15.715	145.263
Fornecedores	561.480	561.480	561.480	-	-	-	-	-
Obrigações com administradoras de cartões	196.988	196.988	156.048	31.123	9.817	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	822	904	57	847	-	-	-	-
Total	2.710.818	3.520.933	961.202	243.110	273.306	486.392	1.408.423	148.500

Adicionalmente, a agência de rating 'Standard & Poors' classificou o rating de crédito da Companhia como brAA+ na categoria escala nacional (Brasil).

27.1.4 Gestão de Capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora os níveis de endividamento em relação à sua capacidade de geração de caixa (LAJIDA/EBITDA) e sua estrutura de capital em 31 de dezembro de 2015 apresenta:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos		
Circulante	(317.346)	(206.768)
Não circulante	(739.769)	(931.950)
Caixa e equivalentes de caixa	737.527	834.340
Endividamento líquido	(319.588)	(304.378)
Financiamentos operacionais		
Circulante	(380.914)	(345.161)
Não circulante	(415.551)	(413.659)
Endividamento líquido, incluindo os financiamentos operacionais	(1.116.053)	(1.063.198)

É inerente ao negócio da Companhia a sazonalidade na geração de resultados, bem como nas posições patrimoniais oriundas da operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou uma redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa, como consequência, principalmente, das aquisições de CAPEX e pagamento de dividendo e juros sobre capital próprio.

O saldo do endividamento líquido é consequência das decisões de gestão de capital e os resultados dos encargos líquidos destas posições são refletidos no resultado financeiro.

Os demais passivos apresentados junto ao sistema financeiro correspondem a financiamentos operacionais, cujos encargos são debitados ao resultado operacional e são na sua maior parte diretamente vinculados aos financiamentos dos recebíveis de produtos financeiros. O Endividamento líquido incluindo os financiamentos operacionais reflete a exposição total da Companhia das obrigações contraídas junto ao sistema financeiro.

27.1.5 Riscos Socioambientais

(a) Riscos ambientais

A fim de reduzir os impactos ambientais decorrentes de suas operações, a Lojas Renner, desde 2010, atua na gestão dos resíduos gerados em lojas (papel, papelão, lâmpadas, plásticos, frascos de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), que

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são encaminhados para os centros de distribuição da empresa através da logística reversa, onde são separados e encaminhados para a destinação final. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é realizado conforme a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

(b) Impacto nas comunidades

A companhia identifica, pela relação de proximidade que possui com fornecedores, a dificuldade, no setor têxtil, de contratação de profissionais especializados. Com a finalidade de minimizar a falta de profissionais e a descontinuidade da produção em seus fornecedores, a Lojas Renner possui um programa de capacitação de mão de obra em parceria com seus fornecedores, no sentido de proporcionar empregabilidade para mulheres e contribuir para o desenvolvimento do segmento de moda no país.

c) Contratação de fornecedores

De forma a garantir condições dignas de trabalho, para seus colaboradores e toda a sua cadeia de fornecimento, bem como a observância, obediência e cumprimento das mais rigorosas normas e regulamentações trabalhistas, assim evitando e impedindo a existência de quaisquer práticas irregulares como discriminação, assédio, jornadas exaustivas, trabalho forçado, ambiente inseguro e/ou impróprio, ou quaisquer outras condições consideradas – direta ou indiretamente – como análogas ao de trabalho escravo, a Lojas Renner exige que todos os fornecedores assinem um Termo de Compromisso – Conduta Responsável, que formaliza sua adesão ao Código de Conduta e Ética da empresa, além do Contrato Comercial onde se comprometem a cumprir integralmente a legislação trabalhista vigente.

Além disso, a Lojas Renner seleciona apenas fornecedores de revenda certificados pela Abvtex – Associação Brasileira do Varejo Têxtil, e complementarmente investe no monitoramento e avaliações periódicas de 100% dos fornecedores têxteis através de auditorias de Responsabilidade Social, seja através de equipe própria ou por empresas com reconhecida experiência internacional e com foco nas condições de trabalho na cadeia produtiva de fornecedores.

28 Instrumentos Financeiros

28.1 Instrumentos financeiros por categoria e valores justos

Abaixo demonstramos os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros da Controladora e do Consolidado, incluindo os níveis hierárquicos dos valores justos. Para os ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, cujos saldos contábeis são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não incluímos os valores justos conforme previsto no CPC 40/IFRS 7.

Controladora

	31/12/2015					31/12/2014						
	Valor contábil					Valor Justo	Valor contábil					Valor Justo
	Mantidos para negociação	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Passivos financeiros custo amortizado	Total	Nível 2	Mantidos para negociação	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Passivos financeiros custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos (Passivos) financeiros												
Caixa e equivalentes de caixa	-	593.524	-	-	593.524	-	-	709.403	-	-	709.403	-
Contas a receber de clientes	-	989.990	-	-	989.990	-	-	908.389	-	-	908.389	-
FIDC Lojas Renner	-	182.000	-	-	182.000	-	-	182.000	-	-	182.000	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	98.533	-	-	-	98.533	98.533	29.896	-	-	-	29.896	29.896
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(1.501)	(1.032.369)	(1.033.870)	(993.262)	473	-	-	(1.114.276)	(1.113.803)	(1.106.923)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	(72.921)	(72.921)	(74.991)	-	-	-	(92.340)	(92.340)	(98.701)
Financiamentos das importações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	-	-	-	(49.432)	(49.432)	(49.364)	-	-	-	(53.990)	(53.990)	(54.421)
Fornecedores	-	-	-	(483.082)	(483.082)	-	-	-	-	(493.581)	(493.581)	-
Obrigações com administradoras de cartões	-	-	-	(25.419)	(25.419)	-	-	-	-	(6.093)	(6.093)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	(1.950)	-	(1.950)	(1.950)	-	-	(811)	-	(811)	(811)
Total	98.533	1.765.514	(3.451)	(1.663.223)	197.373		30.369	1.799.792	(811)	(1.760.280)	69.070	

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

	31/12/2015					31/12/2014						
	Valor contábil					Valor Justo	Valor contábil					Valor Justo
	Mantidos para negociação	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Passivos financeiros custo amortizado	Total	Nível 2	Mantidos para negociação	Empréstimos e Recebíveis	Designados a valor justo	Passivos financeiros custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos (Passivos) financeiros												
Caixa e equivalentes de caixa	-	737.527	-	-	737.527	-	-	834.340	-	-	834.340	-
Contas a receber de clientes	-	2.119.836	-	-	2.119.836	-	-	1.908.518	-	-	1.908.518	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	99.520	-	-	-	99.520	99.520	30.668	-	-	-	30.668	30.668
Empréstimos, financiamentos e debêntures	264	-	(1.501)	(1.055.878)	(1.057.115)	(1.016.507)	3.478	-	-	(1.142.196)	(1.138.718)	(1.131.838)
Financiamentos - operações serviços financeiros	-	-	-	(796.465)	(796.465)	(788.472)	-	-	-	(750.378)	(750.378)	(755.685)
Financiamentos das importações	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.442)	-	(8.442)	(8.442)
Arrendamento mercantil financeiro a pagar	-	-	-	(49.432)	(49.432)	(49.364)	-	-	-	(53.990)	(53.990)	(54.421)
Fornecedores	-	-	-	(553.453)	(553.453)	-	-	-	-	(561.480)	(561.480)	-
Obrigações com administradoras de cartões	-	-	-	(241.086)	(241.086)	-	-	-	-	(196.988)	(196.988)	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	(2.601)	-	(2.601)	(2.601)	-	-	(822)	-	(822)	(822)
Total	99.784	2.857.363	(4.102)	(2.696.314)	256.731		34.146	2.742.858	(9.264)	(2.705.032)	62.708	

- Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não existiu nenhuma reclassificação entre as categorias apresentadas no quadro acima.

28.2 Mensuração dos valores justos

A Companhia utiliza o modelo da abordagem da receita para mensurar os valores justos dos empréstimos, financeiros e debêntures, financiamento de operações de serviços financeiros, arrendamento mercantil financeiro a pagar e derivativos. O modelo da abordagem da receita converte valores futuros (por exemplo, fluxos de caixas) em um valor único atual (ou seja, descontado). Os valores justos apurados refletem as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

28.3 Perdas por redução no valor recuperável

Demonstramos na nota explicativa nº 8 (contas a receber) a composição da provisão para perdas em crédito, de acordo com a avaliação de recuperabilidade da Administração.

28.4 Garantias

A Companhia demonstra na nota explicativa nº 18 – Ônus, garantias e responsabilidades.

28.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos é utilizada conforme definido em política interna, aprovada pela Administração, com a finalidade de proteção do risco cambial assumido em pedidos de importações, financiamentos de importações e empréstimos, e também, de proteção do risco de taxa de juros, conforme descrito na nota explicativa nº 5.7.

A Companhia tem utilizado como instrumento de hedge para sua exposição às volatilidades do câmbio de moeda estrangeira, contratos de compra de dólar futuro do tipo *Non-Deliverable Forward (NDF)* e *swap*.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2015 estão segregadas entre designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) e não designados para *hedge accounting*.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No quadro abaixo, demonstramos a composição dos derivativos em 31 de dezembro de 2015 na Controladora e no Consolidado:

Descrição Derivativos	Categoria	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
NDF (Pedidos)	Designado p/hedge accounting	96.583	29.085	96.919	29.240
NDF (Finimp e Imobilizado)	Não designado p/hedge accounting	-	-	-	606
Swap - 4ª e 5ª Emissão 2ª série	Não designado p/hedge accounting	(1.501)	473	(1.501)	473
Swap - Loan 4131	Não designado p/hedge accounting	-	-	264	3.005
Total		95.082	29.558	95.682	33.324
	Ativo circulante	98.533	29.698	99.469	30.470
	Ativo não circulante	-	198	51	198
	Passivo circulante	(3.451)	(338)	(3.838)	2.656
Total		95.082	29.558	95.682	33.324

O saldo dos "swap - Loan 4131" e "swap - 4ª e 5ª Emissão 2ª série" estão contemplados na linha do passivo circulante, uma vez que estão classificados na linha de empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme permitido pelo CPC 40/IFRS 7.

28.5.1 Derivativos designados para hedge accounting

A composição dos derivativos designados para contabilização de hedge de fluxo de caixa tem como instrumento de proteção contratos a termo de moeda (Non-Deliverable Forward) e o seu objeto de proteção corresponde às variações cambiais relacionadas ao fluxo de caixa de pedidos de importações, conforme, demonstrado abaixo:

NDF (Non-Deliverable Forward)

Instrumento de Hedge				Objeto de Hedge	
Vencimentos	Operação	Nacional (US\$)	(*) Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 1/1/2016 a 31/12/2016	NDF	196.914	96.583	Pedido de Importações	De 1/1/2016 a 31/12/2016
Total Controladora		196.914	96.583		
De 1/1/2016 a 31/12/2016	NDF	11.458	285	Pedido de Importações	De 1/1/2016 a 31/12/2016
De 1/1/2017 a 31/12/2017	NDF	896	51	Pedido de Importações	De 1/1/2017 a 31/12/2017
Total Consolidado		209.268	96.919		

(*) A metodologia de precificação de Non-Deliverable Forward é pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando projeções da BM&FBovespa.

Durante o exercício, as operações de hedge com NDF utilizadas para proteção do risco de fluxo de caixa de pedidos de importação (Non-Deliverable Forward) foram efetivas e estão dentro dos níveis previstos pelo CPC 40/IAS 39.

Fluxo de caixa

A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa previsto dos pedidos de importações de operações futuras expostas à moeda estrangeira com derivativos de proteção, considerando como referência o dólar esperado para a próxima divulgação (31 de março de 2016) que é de R\$ 4,0724:

	1T16	2T16	3T16	4T16	1T17	Total
FOB Pedidos de importação de mercadoria de revenda (a)	401.927	157.495	153.545	135.606	3.651	852.224
Valor Nacional R\$ mil	401.927	157.495	153.545	135.606	3.651	852.224
Valor Nacional US\$ mil	98.695	38.674	37.704	33.299	896	209.268

- (a) Os fluxos de caixa relacionados a pedidos de importações de mercadorias de revenda são reconhecidos inicialmente no custo dos estoques e posteriormente registrados no resultado como custo de mercadorias vendidas, à medida da realização dos estoques, conforme giro normal das operações.

28.5.2 Derivativos não designados para hedge accounting

Swap

A Lojas Renner S.A, em fevereiro de 2014 e março de 2015, contratou swaps de taxas de juros no qual recebe uma taxa de juros baseada no IPCA + spread (ponta ativa) e paga uma taxa de juros baseada em um percentual do CDI (ponta passiva). As datas de liquidação estão de acordo com as datas das amortizações das dívidas das 2ª séries da 4ª emissão e 5ª emissão das debêntures.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada Maxmix Comercial Ltda. ("Camicado"), em 21 de dezembro de 2015, contratou swap no qual recebe uma taxa de juros baseada nos juros fixados no contrato e a variação do câmbio (ponta ativa) e paga uma taxa de juros baseada em um percentual do CDI (ponta passiva). A data de liquidação é em junho de 2016.

Esses swaps foram contratados para mitigar o risco do aumento da inflação da 2ª série da 4ª emissão e 5ª emissão das debêntures e o risco cambial do empréstimo captado pela Maxmix Comercial Ltda. em moeda estrangeira.

Abaixo divulgamos maiores detalhes das características dos swaps e a respectiva movimentação em 31 de dezembro de 2015:

Instrumento	Ponta Ativa (objeto protegido)	Ponta Passiva (risco contratado)	Moeda de referência (Nocional)	Valor de referência (Nocional)	Saldo em 31/12/2014	Valor justo (Resultado)	Liquidação (Resultado)	Saldo em 31/12/2015
Swap de juros - 4ª Emissão 2ª série	IPCA + 7,8% a.a.	116,25% CDI a.a.	BRL	97.581	473	2.664	(3.342)	(205)
Swap de juros - 5ª Emissão 2ª série	IPCA + 5,7% a.a.	98,7% CDI a.a.	BRL	95.513	-	(160)	(1.136)	(1.296)
Total Controladora					473	2.504	(4.478)	(1.501)
Swap de juros - Loan 4131	Dolar + 1,77% a.a.	108,5% e 107,1% CDI a.a.	USD	9.867	3.005	2.947	(5.952)	-
Swap de juros - Loan 4131	Dolar + 1,55% a.a.	104,4% CDI a.a.	USD	4.867	-	3.031	(3.031)	-
Swap de juros - Loan 4131	Dolar + 3,91% a.a.	109% CDI a.a.	USD	5.138	-	264	-	264
Total Consolidado					3.478	8.746	(13.461)	(1.237)

29 Partes relacionadas

A Companhia, as controladas e pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes:

29.1 Contexto Consolidado

Remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria (a "Administração")

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa com a remuneração dos administradores totalizou R\$ 9.971 (R\$ 11.858 em 31 de dezembro de 2014), apresentados como outros resultados operacionais (nota explicativa nº 36).

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2015 aprovou o limite de remuneração global dos administradores em até R\$ 15.000 para o exercício social de 2015.

Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui plano de opção de compra de ações, onde os administradores podem adquirir ações na forma e condições descritas no plano (nota explicativa nº 32). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa com plano de opções de compra de ações de administradores totalizou R\$ 16.633 (R\$ 16.938 em 31 de dezembro de 2014).

Participação estatutária

A participação estatutária refere-se à participação nos lucros atribuída aos administradores conforme definido no artigo 34, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia e depende de aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa com participação dos administradores totalizou R\$ 9.944 (R\$ 11.657 em 31 de dezembro de 2014).

29.2 Contexto Controladora

Contratos de locação

Em 2009, a Companhia renovou o contrato de locação com a controlada Dromegon do prédio da loja no centro de Porto Alegre. O valor da locação desse imóvel é sempre o maior valor entre (i) o equivalente a 4,29% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e (ii) R\$ 183 ao mês. O referido contrato de locação tem prazo de validade de 10 anos, sujeito a renovação.

Em maio de 2012 a Companhia firmou contratos de locações com a controlada Dromegon dos prédios das lojas de Santa Maria e Pelotas. O valor da locação do imóvel de Santa Maria é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das vendas mensais brutas realizadas pela loja e R\$ 68 ao mês, e o valor do aluguel da loja de Pelotas é sempre o maior valor entre o equivalente a 4% das

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vendas mensais brutas realizados pela loja e R\$ 57 ao mês. Os referidos contratos tem prazo de validade de 10 anos, sujeitos a renovação.

Contrato de prestação de serviço de concessão de empréstimos pessoais

A Companhia oferece serviços financeiros de empréstimo pessoal, através de sua controlada, Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (RACC), mediante contratos de convênio para concessão de empréstimos realizado junto a instituições financeiras, proporcionando aos clientes Renner condições para obtenção de empréstimo pessoal. A RACC também opera com cartão bandeira denominado Meu Cartão. A Lojas Renner participa na operação com sua infraestrutura operacional e como garantidora da operação.

Utilização do Cartão Renner e do “Meu Cartão” na Camicado

Um dos principais geradores de sinergia identificados pela Administração no processo de integração da Camicado está na possibilidade de aceitação do Cartão Renner (CCR) e do Meu Cartão nas lojas da Camicado. A partir de outubro de 2011 foi ofertado aos clientes do Cartão Renner e do Meu Cartão a utilização em compras na Camicado.

Acordo para rateio de custos e despesas corporativas

Como forma de otimizar a estrutura corporativa colocada à disposição da gestão dos negócios, a Lojas Renner e suas controladas tem celebrado entre si convênios de compartilhamento de estruturas, focadas principalmente no compartilhamento das estruturas de back-office e corporativa (maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.3).

Receita de venda de mercadorias e prestação de serviços

A Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd. efetuou operações comerciais de receita de comissão de intermediação de mercadorias importadas para a Controladora. Tal operação está em linha com a estratégia da Companhia de maior aproximação e desenvolvimento da sua base de fornecedores internacionais. A receita de comissão de intermediação foi praticada a preço compatível com as condições de mercado (maiores detalhes vide nota explicativa nº 29.3).

Acordo para repasse de despesas administrativas

Em 2015, a Lojas Renner S.A e a Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd (“Trade”) celebraram entre si um acordo para repasse de despesas administrativas incorridas na execução das atividades, como forma de apurar o efetivo resultado de cada uma das operações.

29.3 Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015, bem como os valores das transações registrados no resultado do exercício relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais e usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e estão sumariadas a seguir:

Saldos com empresas ligadas

	Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. - (RACC)	Dromegon Participações Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (Youcom)	Maxmix Comercial Ltda. (Camicado)	Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd	TOTAL
Descrições das operações - Ativo (passivo)						
Aluguéis a pagar	-	(5.362)	-	-	-	(5.362)
Meu cartão	23.169	-	-	-	-	23.169
Empréstimo Pessoal	(20.226)	-	-	-	-	(20.226)
CCR	-	-	-	(12.192)	-	(12.192)
Conta corrente ativo	3.373	-	102	493	1.352	5.320
Saldo a receber (a pagar) em 31 de dezembro de 2015	6.316	(5.362)	102	(11.699)	1.352	(9.291)
Saldo a receber (a pagar) em 31 de dezembro de 2014	15.460	(5.218)	(51)	(9.541)	-	650

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações com empresas ligadas

Descrições das transações	Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. - (RACC)	Dromegon Participações Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (Youcom)	Maxmix Comercial (Camicado)	Lojas Renner Shanghai Trading Co. Ltd.	TOTAL
Receita (Despesa)						
Aluguéis	-	(6.856)	-	-	-	(6.856)
Despesas Compartilhadas	42.703	54	1.109	1.846	-	45.712
Receita de Comissão	-	-	-	-	(4.613)	(4.613)
Acordo de repasse de despesas	-	-	-	-	1.352	1.352
Total em 31 de dezembro de 2015	42.703	(6.802)	1.109	1.846	(3.261)	35.595

Descrições das transações	Renner Administradora de Cartões de Crédito Ltda. - (RACC)	Dromegon Participações Ltda.	Fashion Business Comércio de Roupas Ltda. (Youcom)	Maxmix Comercial (Camicado)	TOTAL
Receita (Despesa)					
Aluguéis	-	(7.168)	-	-	(7.168)
Despesas Compartilhadas	35.281	40	467	1.765	37.553
Total em 31 de dezembro de 2014	35.281	(7.128)	467	1.765	30.385

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Responsabilidade Civil e D&O	87.200	88.400
Patrimônio e Estoque	3.042.507	2.416.751
Veículos	31.528	27.783
	3.161.235	2.532.934

31 Acordos ou outras obrigações relevantes entre a Companhia e seus administradores

Conforme Capítulo IV, art. 13 do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A investidura desses Administradores no cargo faz-se por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

O Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, tem mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração em exercício serão considerados automaticamente indicados para reeleição por proposta conjunta dos membros do Conselho de Administração.

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tem prazo de mandato de 2 anos, permitida a reeleição e estão vinculadas por meio de um contrato de prestação de serviços, cuja remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e uma variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. O vencimento dos contratos está vinculado ao prazo de mandato dos diretores, com exceção do contrato firmado com o Diretor Presidente.

A Companhia firmou em 5 de março de 2014, um novo contrato de prestação de serviços com o seu Diretor Presidente. O Contrato prevê a permanência do executivo por no mínimo 3 (três) anos, podendo ser prorrogado, a critério do Conselho de Administração por mais 2 (dois) anos. A remuneração compreende um componente fixo corrigido anualmente pelo INPC e um variável, cujo valor reflete o desempenho financeiro da Companhia. Também foi concedida ao diretor presidente uma nova outorga de opção de compra de ações (vide nota explicativa nº 32).

32 Plano de opção de compra de ações

Todas as outorgas de opções de compra de ações realizadas até 2015 estão sob a vigência do Plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, realizada no dia 25 de maio de 2005, e alterado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas, realizadas nos dias 10 de abril de 2007 e 30 de março de 2009. Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas um novo Plano de opção de compra de ações, ainda sem outorgas até a data base destas demonstrações financeiras. Ambos os planos preveem a supervisão do Comitê de Pessoas ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, o qual é composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). O plano vigente para as outorgas realizadas até 2015 prevê que os membros do Comitê não poderão ser beneficiados das opções de compra de ações, restrição que foi estendida aos demais membros do Conselho no novo Plano, aprovado em 2015 e que estará regulando as outorgas futuras.

Principais características do plano de opção de compra de ações

Os programas regulados pelo Plano de opções de compra de ações das outorgas realizadas até 2015 preveem que cinquenta por cento das opções tornar-se-ão exercíveis após o decurso de três anos de sua respectiva outorga, e o restante, após o decurso de quatro anos (considerando apenas as opções objeto de uma mesma outorga). Em relação aos programas do Plano de opção de compra de ações aprovado em 2015, há previsão para que 25% torne-se exercível após o decurso de um ano de sua respectiva outorga, e assim sucessivamente à razão de 25% para cada período subsequente de um ano. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. A partir da 3ª outorga, no caso da obrigação de realizar oferta pública, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, se qualquer desses casos resultarem em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, todas as opções outorgadas ao respectivo participante e que ainda não sejam passíveis de exercício tornar-se-ão automaticamente exercíveis, condição esta restrita ao desligamento que ocorrer em até 12 meses no caso do Plano aprovado em 2015. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário (Administradores e Executivos selecionados) poderá exercê-la a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, até o término do prazo de 6 (seis) anos contados da data de outorga de tal opção. Em 05 de março de 2014, foi aprovada uma outorga contratual de opções do Diretor Presidente, a qual prevê que o exercício das opções estará sujeito a um prazo de carência total de seis anos contados da data de outorga e a partir do segundo e do terceiro aniversário da data de outorga, será permitido o exercício antecipado de uma parcela de 30% das opções em cada aniversário, sendo que o saldo de 40% poderá ser exercido a partir do último trimestre do quarto ano a contar da data da assinatura do contrato, e desde que atingida uma meta de valorização da Companhia através do indicador *Total Shareholder Return (TSR)*, estabelecida pelo Conselho de Administração.

32.1 Posição do plano de opção de compra de ações

Plano de Opções	Valor de Exercício	Data da Outorga	Carência 1º tranche	Carência 2º tranche	Carência 3º tranche	Posição das Outorgas (Quant.)	
						Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014
6ª outorga A	7,73	18/01/10	17/01/13	17/01/14	-	-	605
7ª outorga	10,28	16/02/11	15/02/14	15/02/15	-	298	1.705
8ª outorga	11,03	06/02/12	05/02/15	05/02/16	-	1.374	2.545
9ª outorga	15,61	22/02/13	22/02/16	21/02/17	-	2.089	2.270
10ª outorga	11,24	19/02/14	18/02/17	18/02/18	-	3.335	3.605
Outorga contratual	11,18	05/03/14	04/03/16	04/03/17	29/11/18	6.250	6.250
11ª outorga	14,58	12/02/15	11/02/18	11/02/19	-	3.169	-
11ª outorga compl.	17,41	16/04/15	15/04/18	15/04/19	-	25	-
						16.540	16.980

O preço de fechamento da ação da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 17,10 (R\$ 15,29 em 31 de dezembro de 2014).

Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, existiam 16.540 mil opções *in the Money* (6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª outorgas e outorga contratual), demonstramos a seguir os efeitos no valor patrimonial da ação e respectivo percentual de redução de participação societária dos atuais acionistas em 31 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014):

	31/12/2015	31/12/2014
Valor do Patrimônio Líquido	2.310.896	1.855.268
Quantidade de ações – mil	640.041	636.973
Valor patrimonial da ação – R\$	3,61	2,91
Valor do Patrimônio Líquido, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	2.515.243	2.015.906
Quantidade de ações, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	656.556	651.685
Valor patrimonial da ação, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	3,83	3,09
% de redução na participação societária dos atuais acionistas, considerando o exercício das opções <i>in the Money</i>	2,52%	2,26%

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32.2 Premissas para mensuração do valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com base no modelo de Black&Scholes. Para determinação do valor justo, a Companhia utilizou premissas como:

- (a) Valor de exercício da opção: corresponde a taxa média ponderada dos últimos trinta pregões das ações da Lojas Renner S.A antes da data da outorga.
- (b) Volatilidade do preço das ações da Companhia: corresponde a ponderação do histórico de negociações das ações da Companhia.
- (c) Taxa de juros livre de risco: a Companhia utilizou o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) disponível na data da outorga e projetado para o prazo máximo de carência da opção.
- (d) Dividendo esperado: esse percentual corresponde ao pagamento de dividendos por ação em relação ao valor de mercado da ação da Companhia na data da outorga.
- (e) Prazo do direito de aquisição: representa o limite máximo do prazo de vencimento para os beneficiários exercerem suas opções.

Abaixo segue o quadro resumo com as informações utilizadas na determinação dos valores justos das outorgas:

Plano de Opções	Valor de Exercício	Data da Outorga	Prazo direito de aquisição	Dividendo Esperado (%)	Volatilidade preço da ação	Taxa de juros livre de risco	Valor justo na data da outorga (R\$) por ação
6º outorga A	7,73	18/01/2010	-	3,07%	33,65%	12,12%	4,11
7º outorga	10,28	16/02/2011	-	3,65%	42,84%	11,80%	5,97
8º outorga	11,03	06/02/2012	0,10	3,37%	29,38%	10,54%	6,42
9º outorga	15,61	22/02/2013	1,15	2,77%	22,40%	9,05%	6,04
10º outorga	11,24	19/02/2014	2,14	3,97%	24,11%	12,20%	5,27
Outorga contratual	11,18	05/03/2014	2,92	3,72%	26,77%	11,89%	5,98
11º outorga	14,58	12/02/2015	3,12	1,80%	27,82%	11,77%	7,48
11º outorga compl.	17,41	16/04/2015	3,29	1,39%	21,30%	11,79%	10,04

32.3 Movimentação do plano de opção de compra de ações

	Quantidade (em milhares)
Saldo em 1º de janeiro de 2014	15.170
Opções outorgadas	10.095
Opções exercidas	(7.505)
Opções canceladas	(780)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	16.980
Opções outorgadas	3.631
Opções exercidas	(3.066)
Opções canceladas	(1.005)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	16.540

A despesa é registrada em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a despesa com plano de opção de compra de ações totalizou R\$ 26.431 (R\$ 24.953 em 31 de dezembro de 2014).

33 Plano de Ações Restritas

Em 23 de setembro de 2015, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas um Plano de Ações Restritas, ainda sem outorgas até a data base destas demonstrações financeiras. O plano será administrado pelo Comitê de Pessoas da Companhia ("Comitê"), criado em conformidade com o Estatuto Social, o qual é composto por membros independentes do Conselho de Administração ("Conselho"). Referido plano prevê que os membros do Comitê e do Conselho não serão elegíveis às Ações Restritas objeto do plano.

Principais características do Plano de Ações Restritas

Para fins deste plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 1% da totalidade de ações emitidas. As Ações Restritas a serem outorgadas aos participantes serão aquelas que estiverem em tesouraria da Companhia. As outorgas de Ações Restritas serão feitas periodicamente em benefício de diretores, executivos e empregados da Companhia e de suas controladas que ocupem cargos estratégicos para os negócios da Companhia e/ou de suas controladas, assim identificados pelo Comitê. A transferência definitiva das Ações Restritas aos participantes estará condicionada ao cumprimento de um prazo de carência de três anos para cada outorga e, ao final do prazo de carência, o participante deverá estar com o vínculo com a

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia em pleno vigor, caso contrário, as outorgas serão canceladas. Todas as Ações Restritas que ainda não tenham cumprido o prazo de carência, tornar-se-ão imediatamente devidas e serão transferidas aos titulares, seus herdeiros ou sucessores em caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria. Na hipótese de ocorrência da obrigação de implementação de oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia, nos termos dos Art. 39, 40, 41 e 42 do Estatuto Social, ou na hipótese de sucesso de oferta pública para aquisição do controle da Companhia, formulada nos termos do art. 257 da Lei 6.404/76, uma ou outra que resulte em desligamento sem justa causa de participante do Plano por iniciativa da Companhia, dentro do prazo de até 12 meses de tal ocorrência, fica desde já estabelecido que todas as ações restritas atribuídas ao respectivo participante, ainda que estejam dentro do período de carência, serão transferidas ao participante, por recomendação do Comitê e se aprovado pelo Conselho de Administração.

34 Informações por segmento de negócios

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração (nota explicativa nº 5.3).

As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

Varejo: comércio de artigos de vestuário (moda feminina, masculina e infantil), perfumaria, cosméticos, produtos de higiene, correlatos, relógios, bem como o segmento de casa & decoração;

Produtos financeiros: serviços financeiros, com operações de intermediações de serviços financeiros com encargos, empréstimos pessoais, e corretagem de seguros.

Apresentamos abaixo os resultados por segmento de negócio:

	Varejo		Produtos Financeiros		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	5.450.852	4.642.611	694.346	574.209	6.145.198	5.216.820
Custos das vendas	(2.466.180)	(2.143.141)	(45.172)	(22.774)	(2.511.352)	(2.165.915)
Lucro bruto	2.984.672	2.499.470	649.174	551.435	3.633.846	3.050.905
Vendas	(1.389.728)	(1.171.753)	-	-	(1.389.728)	(1.171.753)
Gerais e administrativas	(469.389)	(397.998)	-	-	(469.389)	(397.998)
Perdas em crédito, líquidas	-	-	(281.141)	(188.460)	(281.141)	(188.460)
Outros resultados operacionais	(86.783)	(94.146)	(159.640)	(145.417)	(246.423)	(239.563)
Resultado gerado pelos segmentos	1.038.772	835.573	208.393	217.558	1.247.165	1.053.131
Informações Suplementares						
Depreciação e Amortização	(263.773)	(212.375)	(1.007)	(357)	(264.780)	(212.732)
Plano de opção de compra de ações	-	-	-	-	(26.431)	(24.953)
Participação dos administradores	-	-	-	-	(9.944)	(11.657)
Resultado da baixa de ativos fixos	-	-	-	-	(12.757)	(1.739)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	(104.586)	(93.875)
Resultado imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(249.829)	(236.755)
Lucro líquido do exercício					578.838	471.420

O resultado do segmento apresentado na tabela acima, não deduz as despesas com depreciações e amortizações, com o plano de opção de compra de ações, com a participação de administradores e com a baixa de ativos fixos. A exclusão destas despesas no cálculo do resultado dos segmentos está em linha com a forma como a administração avalia o desempenho de cada negócio e sua contribuição na geração de caixa da Companhia.

A Companhia não aloca o resultado financeiro por segmento, entendendo que a sua formação está mais relacionada às decisões corporativas de estrutura de capital, do que propriamente a natureza do resultado de cada segmento de negócio.

O somatório dos ativos totais dos segmentos de varejo e produtos financeiros é de R\$ 5.863.719 (R\$ 5.318.884 em 31 de dezembro de 2014), e dos passivos totais é de R\$ 3.552.823 (R\$ 3.463.616 em 31 de dezembro de 2014).

35 Receitas

A receita operacional líquida possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita operacional bruta	7.398.446	6.364.422	8.073.387	6.846.398
Vendas de mercadorias	6.913.154	5.927.803	7.322.935	6.231.734
Produtos e serviços financeiros	485.292	436.619	750.452	614.664
Deduções	(1.818.573)	(1.555.057)	(1.928.189)	(1.629.578)
Impostos sobre vendas de mercadorias	(1.798.775)	(1.537.733)	(1.872.083)	(1.589.123)
Impostos sobre produtos e serviços financeiros	(19.798)	(17.324)	(56.106)	(40.455)
Receita operacional líquida	5.579.873	4.809.365	6.145.198	5.216.820

A Companhia não apresenta saldo de devoluções de vendas, pois de acordo com a sua política de devolução de produto, o cliente recebe no ato da devolução um bônus vale-troca do mesmo valor da mercadoria devolvida para posterior utilização em uma nova compra.

36 Outros resultados operacionais

Apresentamos a composição dos outros resultados operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Remuneração dos administradores	(9.971)	(11.858)	(9.971)	(11.858)
Despesas tributárias	(35.425)	(27.463)	(39.822)	(30.460)
Despesas com produtos e serviços financeiros	(74.367)	(72.859)	(159.640)	(145.417)
Resultado da baixa de ativos fixos	(12.582)	(604)	(12.757)	(1.739)
Depreciação e amortização	(249.346)	(201.030)	(264.780)	(212.732)
Plano de opção de compra de ações	(26.431)	(24.953)	(26.431)	(24.953)
Participação dos administradores	(9.944)	(11.657)	(9.944)	(11.657)
Outras despesas operacionais	(22.250)	(6.405)	(21.445)	(3.960)
Recuperação de créditos fiscais	38.484	12.103	48.741	15.034
Participação empregados (a)	(58.110)	(61.666)	(64.286)	(62.902)
Outros resultados operacionais	(459.942)	(406.392)	(560.335)	(490.644)

(a) Refere-se à despesa com o Programa de Participação nos Resultados, estruturado em conformidade com a Lei 10.101/2000.

37 Resultado financeiro

As receitas financeiras reconhecidas no resultado financeiro são predominantemente derivadas do rendimento auferido nas aplicações financeiras classificadas como "equivalentes de caixa", as quais estão sujeitas a taxas usuais de mercado (nota explicativa nº 7) e, portanto se assemelham ao valor justo ou de mercado para os respectivos ativos. As despesas financeiras decorrem principalmente dos empréstimos, das debêntures e dos encargos dos arrendamentos mercantis financeiros (nota explicativa nº 16 e 19) e swap (nota explicativa nº 28).

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir a composição do resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras	82.530	83.988	93.853	87.226
Rendimentos de equivalentes de caixa	52.660	55.704	55.960	57.156
Juros recebidos	815	83	863	100
Variação cambial ativa	25.496	25.398	31.770	26.933
Variação monetária ativa	1.072	469	1.092	631
Ganho com operações de hedge liquidadas	2.256	-	2.256	-
Ganho com operações de hedge competência	231	1.284	-	1.284
Outras receitas financeiras	-	1.050	1.912	1.122
Despesas financeiras	(188.099)	(175.345)	(198.439)	(181.101)
Juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e swap	(148.045)	(123.054)	(149.868)	(127.490)
Juros arrendamento mercantil financeiro	(5.792)	(4.558)	(5.792)	(4.558)
Juros passivos	(765)	(721)	(899)	(952)
Variação cambial passiva e swap	(22.871)	(24.563)	(27.930)	(22.065)
Variação monetária passiva	(1.959)	(1.859)	(2.550)	(2.375)
Perda com operações de hedge competência	-	-	(1.420)	-
Juros e multa - Parcelamento Lei nº 13.043/14	-	(13.313)	-	(13.313)
Outras despesas financeiras	(8.667)	(7.277)	(9.980)	(10.348)
Resultado financeiro líquido	(105.569)	(91.357)	(104.586)	(93.875)

38 Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal	(713.929)	(605.790)	(775.946)	(647.800)
Ocupação	(347.926)	(304.793)	(388.170)	(337.877)
Depreciação e amortização	(249.346)	(201.030)	(264.780)	(212.732)
Serviços de terceiros	(166.584)	(142.419)	(180.492)	(152.813)
Utilidades e serviços	(126.545)	(87.646)	(134.200)	(93.420)
Promoções	(146.452)	(132.039)	(156.141)	(140.126)
Perdas em crédito, líquidas	(204.424)	(141.391)	(281.141)	(188.460)
Produtos e serviços financeiros	(74.367)	(72.859)	(159.640)	(145.417)
Outras despesas	(343.781)	(311.206)	(360.083)	(330.210)
Total	(2.373.354)	(1.999.173)	(2.700.593)	(2.248.855)
Classificadas como:				
Despesas com vendas	(1.274.929)	(1.081.428)	(1.389.728)	(1.171.753)
Despesas gerais e administrativas	(434.059)	(369.962)	(469.389)	(397.998)
Perdas em crédito, líquidas	(204.424)	(141.391)	(281.141)	(188.460)
Outros resultados operacionais	(459.942)	(406.392)	(560.335)	(490.644)
Total	(2.373.354)	(1.999.173)	(2.700.593)	(2.248.855)
